



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Daiana Merquides de Sousa

Por que não Serviço Social? O que pesquisam os discentes do Curso de Serviço Social da UnB nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

Brasília 2012



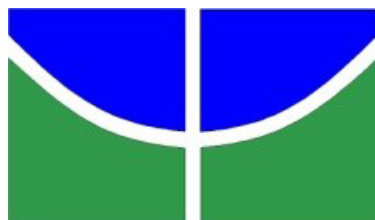
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Daiana Merquides de Sousa

Por que não Serviço Social? O que pesquisam os discentes do Curso de Serviço Social da UnB nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social apresentado para obtenção do título de bacharel em Serviço Social na Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dr^a Adrianyce Angélica Silva de Sousa.

Brasília, 2012



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Daiana Merquides de Sousa

Por que não Serviço Social? O que pesquisam os discentes do Curso de Serviço Social da UnB nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª Adrianyce Angélica Silva de Sousa

Orientadora

SER/UNB

Prof^ª. Dr^ª Daniela Neves de Sousa

SER/UNB

Prof^º. Dr. Reginaldo Giraldelli

SER/UNB

Agradecimentos

Agradeço a Deus, porque para Ele e por Ele são todas as coisas. A toda minha família, minha mãe Antônia, meu pai Francisco, minhas irmãs Susiana e Luana que sempre me apoiaram e me ajudaram em tudo que precisei.

Agradeço as minhas amigas Ana Cláudia; Sarah; Dalila; Yamara Beatriz; Fernanda e Alessandra que de forma muito especial, me apoiaram com seus incentivos amistosos e fraternos.

A minha orientadora Adrianyce, por acreditar em minha capacidade, dando o estímulo necessário e as orientações que me proporcionaram a força e a persistência nesse período de construção intelectual.

À professora Daniela e ao professor Reginaldo por aceitarem fazer parte no processo avaliativo desse Trabalho de Conclusão de Curso.

E aos discentes que colaboraram para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo compreender por que a maioria dos discentes do curso de Serviço Social da UNB não escolhe o Serviço Social como tema de pesquisa. Baseado no levantamento feito junto aos TCCs apresentados pelos discentes do Curso de Serviço Social no período de 1995 a 2010 o que totaliza 494 trabalhos; 13% desse total geral o que se refere a 65 trabalhos, demonstraram que as áreas temáticas de maior concentração na pesquisa discente eram as Políticas Sociais. Neste sentido, nosso TCC buscou analisar a escolha dos temas de pesquisa pelos discentes tendo como referências as Disciplinas de Projeto de Trabalho de Conclusão – PTCC e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Para tanto nosso procedimentos metodológicos foram: revisão bibliográfica e a aplicação de questionários juntos aos discentes das referidas disciplinas. Foram aplicados no total geral 38 questionários. Nossa pesquisa identificou que apesar dos discentes considerarem importante discutir o Serviço Social verificamos que este é um tema pouco abordado na elaboração de seus Projetos e Trabalhos de Conclusão de Curso.

Palavras – Chaves: Formação Profissional, Pesquisa, Serviço Social.

ABSTRACT

This Labor Completion of course aimed to understand why most students from the Social Service UNB does not choose social work as a research topic. Based on the survey along with TCCs presented by students of Social Service Course in the period 1995 to 2010 which totals 494 jobs, 13% of total general which refers to 65 studies showed that the thematic areas of greater concentration on research students were the Social Policies. In this sense, our TCC sought to analyze the choice of research topics by students taking as references the Disciplines Project Completion Work - Work PTCC and End of Course - CBT. For both our methodological procedures were: literature review and questionnaires together with students of those disciplines. We applied the grand total 38 questionnaires. Our research has identified that although students consider important to discuss the Social Service found that this is a topic rarely addressed in the development of their projects and assignments of Course Completion.

Key Words: Training, Research in Social Work, Social Service.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: Ruptura com o conservadorismo e avanços na produção teórica do Serviço Social	11
1.1) O processo de ruptura com o conservadorismo profissional nos anos 80: para além da endogenia.	12
1.2) A produção teórica do Serviço Social nos anos 1990 a 2000: o que discutimos?	30
CAPÍTULO 2: Pesquisa e Serviço Social: um debate necessário	38
2.1) Diretrizes Curriculares de 1996: uma nova concepção de pesquisa	39
2.2) O que é Pesquisa no Serviço Social?	45
CAPÍTULO 3- A Pesquisa no curso de Serviço Social da UnB	53
3.1) O Projeto Pedagógico do curso	54
3.2) O debate da Pesquisa nas disciplinas	58
3.3) Os Grupos Núcleo de Pesquisa e sua relação com a pesquisa no curso de Serviço Social da UnB.....	63
3.4) Por que não Serviço Social? Uma análise da situação da pesquisa discente no curso de serviço social da UnB na atualidade	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXO	
Anexo 01: Grupos e Núcleos de Pesquisas da Região Centro-Oeste	81
APÊNDICES	
Apêndice 01: Questionário	86
Apêndice 02: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	89

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como ponto de partida compreender por que a maioria dos discentes do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UNB - abordam diversas temáticas na elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso, mas não apresentam o Serviço Social como interesse de pesquisa, nem na dimensão da formação profissional, nem mesmo na dimensão do exercício profissional.

O interesse pelo tema surgiu a partir dos dois anos de pesquisa de Iniciação Científica. Desenvolvemos o plano de trabalho intitulado “Formação Profissional: uma análise dos debates discentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da UnB” (SOUSA e SOUSA, 2011). Com base nessa pesquisa, verificamos que a maioria dos alunos do curso de Serviço Social da UNB não escolhe o Serviço Social como tema de pesquisa, do universo de 494 TCCs apresentados no período de 1995 a 2010 (nos 13% desse total geral), o que se refere a 65 trabalhos que analisamos apenas 18,4% discutiam formação profissional e/ou exercício profissional; por essa razão buscamos refletir por que para os discentes em fase de elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e TCC não tem no tema Serviço Social o seu interesse de pesquisa.

Compreendemos que no movimento de ruptura com o conservadorismo na profissão um dos grandes ganhos da profissão foi superar a endogenia consolidando uma produção de conhecimento de bastante amplitude temática, uma vez que esta profissão é convocada para intervir transversalmente nas expressões da “questão social”, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas sociais que os materializam, passamos a produzir sobre o Estado, as relações sociais, as políticas sociais, etc. (Iamamoto, 2008).

Assim, analisar as múltiplas expressões da “questão social” é importante para o aluno que está na fase de elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso como também pensar a incidência das expressões da “questão social” no exercício e formação profissional.

Avaliando que a pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, e

que existem poucas produções que abordam o tema proposto, entendemos que a relevância do tema reside justamente em possibilitar o debate acerca da importância para os discentes do curso de Serviço Social sobre a reflexão do Serviço Social não apenas como tema de pesquisa para os seus TCCs mais como compreensão mesma do exercício profissional.

Sendo assim, o presente Trabalho teve como objetivo analisar as particularidades presentes na formação profissional em Serviço Social da UNB. Para atingir esse objetivo nossa pesquisa utilizou-se de técnicas qualitativas de pesquisa centradas fundamentalmente na análise bibliográfica, e na realização de entrevistas com discentes do Curso de Serviço Social da UnB. O primeiro passo foi a Revisão Bibliográfica em livros e artigos que versavam sobre a produção do conhecimento na área de Serviço Social bem como, nas pesquisas já realizadas sobre formação profissional em Serviço Social na atualidade, incluindo aqui os dados da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Consideramos que esse caminho possibilitou um mapeamento crítico para localizar o debate geral da ausência do tema Serviço Social que se reflete na produção discente na UNB. O segundo passo foi à realização de entrevistas junto aos discentes que estavam matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, no 2º semestre de 2011, como também os alunos matriculados nas disciplinas de Projeto e Trabalho de Conclusão de Curso no 1º semestre de 2012, totalizando 21 discentes de PTCC e 51 de TCC. Dentro dessa amostra obtivemos 14 questionários respondidos pelos alunos de PTCC e 24 de TCC. A entrevista foi pautada em roteiro semi-estruturado.

Por motivos éticos, foi mantido o sigilo à identidade de cada aluno. Todos os alunos foram esclarecidos sobre a finalidade deste estudo, qual o seu tema e como se daria a sua realização; após informados, tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, em concordância, assinaram o documento, atestando a entrevista e as diretrizes da pesquisa.

Para a realização de nossa pesquisa encontramos dificuldades na aplicação de questionários, pois verificamos certo descaso e recusa de alguns alunos para responderem os questionários, e identificamos também que estes estão pouco interessados em discutir o próprio curso. ao mesmo tempo, apesar da UnB ter uma política de Iniciação Científica consolidada, esta cultura não está espalhada para os discentes de Serviço Social.

Assim, para dar conta de nossos objetivos este Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “*Ruptura com o conservadorismo e avanços na produção teórica do Serviço Social*” abordou o processo de ruptura com o conservadorismo profissional nos anos 80, a ruptura com a endogenia e a produção teórica do Serviço Social nos anos 1990 a 2000.

No segundo capítulo, “*Pesquisa e Serviço Social: um debate necessário*” verificamos qual a concepção de pesquisa presente nas Diretrizes Curriculares de 1996 e o que é Pesquisa no Serviço Social.

No terceiro capítulo, “*A Pesquisa no curso de Serviço Social da UnB*” procuramos abordar o Projeto Pedagógico do curso, o debate da Pesquisa nas disciplinas, a relação dos Grupos/Núcleos de Pesquisa com a pesquisa no curso de Serviço Social da UnB para desse modo fazer uma análise da situação da pesquisa discente no curso de Serviço Social da UnB na atualidade.

Capítulo 1:

O Processo de Ruptura com o Conservadorismo e avanços na Produção Teórica do Serviço Social

1.1 O Processo de Ruptura com o Conservadorismo Profissional nos Anos 80: Para Além da Endogenia

O debate que se quer fazer acerca da produção teórica no Serviço Social, especificamente a produção discente em seus trabalhos de conclusão de curso, deve brevemente abordar a superação do conservadorismo dentro da profissão que atravessa todas as suas dimensões, quer fosse ao campo da produção teórico, do exercício profissional, da própria concepção acerca da profissão e do debate valorativo. Por isso, nesse primeiro momento vamos demarcar o significado dessa ruptura no sentido de superar a endogenia na compreensão do Serviço Social como profissão.

A emergência do Serviço Social está relacionada às alterações que afetaram profundamente a Europa e os Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX. Na passagem do capitalismo concorrencial para o seu estágio monopolista ocorreram significativos impactos na estrutura societária. Com essa transição, o capitalismo acirrou determinados aspectos que lhe são inerentes, como a exploração e a alienação. Diante disso, para assegurar a ordem econômica monopolista, necessitou de mecanismos extra-econômicos, incorporando assim o Estado um papel destacado, compatível com os interesses postos pela “nova ordem”.

O Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista — ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação ao estágio concorrencial). (...) o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista — opera para propiciar o conjunto das condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista (NETTO, 2009a, p. 26).

Assim, o Estado na fase monopolista viabiliza a relação entre o econômico e o político, com estratégias que buscam a manutenção dessa ordem. É somente visando preservar e controlar a força de trabalho, garantindo assim a maximização dos lucros e a expansão monopolista, que o Estado passou a intervir “[...] de forma contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da questão social” (NETTO, 2009a, p. 30) através das políticas sociais.

Sendo assim, o Serviço Social vincula-se às demandas sócio-históricas que incidem sobre o enfrentamento das sequelas da “questão social”, por parte tanto do Estado, como das classes dominantes, no contexto do capitalismo monopolista. Segundo Netto, “o capitalismo monopolista recoloca em patamar mais alto o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (2009a, p. 19).

Nesse contexto, a “questão social” torna-se alvo de respostas sistemáticas por parte do Estado e das classes dominantes. O Estado deixa de tratar a “questão social” como “caso de polícia” e passa a intervir nas expressões da “questão social” por meio das políticas sociais, atendendo as necessidades tanto da classe trabalhadora quanto do capital, para garantir a reprodução da força de trabalho. Objetivando, assim, assegurar os interesses do grande capital e amenizar os conflitos estabelecidos pela ordem burguesa.

A racionalidade burguesa mantém a organização da política social que se fragmenta em políticas sociais, respondendo de forma fracionada à “questão social”, cujas manifestações são recortadas e enfrentadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a violência, etc.), pois enfrentá-la na sua totalidade é colocar em xeque a relação entre o capital e o trabalho. Ou seja, fragmentar e parcelar as demandas sociais a partir das várias políticas é fundamental para ocultar a “essência” da “questão social” e garantir a manutenção da ordem estabelecida. Assim, “a “questão social” é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida consequentemente, impediria a intervenção” (NETTO, 2009a, p.32).

Tratados como “problemas sociais”, as expressões da “questão social” são individualizadas e psicologizadas e se tornam problemas pessoais, de ordem moral. O trabalhador passa a ser culpado e responsabilizado pelos seus problemas e dificuldades, além de ser considerado um “desajustado” que precisa ser tratado.

Segundo Barroco,

[...] o enfrentamento moral das “sequelas” da “questão social” é uma forma de resposta a processos objetivamente construídos na (re) produção do capital e do trabalho, significando a despolitização de seus fundamentos objetivos, ou seja, do seu significado sócio-econômico e ídeo-político. Em suas determinações ético-políticas, é uma forma de moralismo

sustentada ideologicamente pelo conservadorismo moral¹ (2008, p. 74).

Portanto, objetivando a afirmação do ideário burguês, por meio destas políticas sociais, é que o processo de moralização da “questão social” tornou-se fundamental, pois ao reduzirem-na a um problema individual, responsabilizando o trabalhador pela sua condição de vida; o trato dos problemas sociais foi transferido da esfera estrutural para a individual. É este julgamento moral das condições de vida da classe trabalhadora que contribuiu para o processo de ajustamento às relações sociais vigentes.

[...] ideologicamente a ordem social burguesa [...] uma de suas peculiaridades reside em seu tratamento moral dos conflitos e contradições sociais. Seu conservadorismo, expresso em sua defesa da ordem social naturalmente “harmônica”, possibilita que as lutas sociais sejam vistas como “desordem” que a educação moral pode superar. (BARROCO, 2008, p.77).

Essa forma de enfrentar as sequelas da “questão social” marcou historicamente o surgimento do Serviço Social, especialmente sua forma de pensar e agir sobre a realidade social. No Brasil, é somente a partir da terceira década do século XX, que a sociedade se inseriu no contexto capitalista internacional. Combinando o desenvolvimento nacional, mesmo que de forma desigual, aos padrões internacionais, “o ‘moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 128).

Assim, diferente dos países centrais, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil constitui-se como um processo não de ruptura da velha estrutura, diferentemente do papel revolucionário assumido pela burguesia nos países centrais, a burguesia brasileira se antecipou frente às manifestações populares, “[...] realizando mudanças para preservar a ordem. Evitando assim, qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional” (IAMAMOTO, 2007, p.132).

Sendo assim, o Serviço Social no Brasil tem sua gênese na década de 30. Neste período, tem-se a alternância no poder de oligarquias com alguns impulsos industrializantes. É neste contexto, caracterizado por mudanças na forma de produção e reprodução social capitalista, que emerge sob novas formas a “questão social”.

Segundo Iamamoto e Carvalho,

¹ “Correspondendo a um ethos rigidamente fundado na defesa da autoridade, da ordem e da tradição, o conservadorismo moral é uma forma de alienação moral: reproduz o preconceito e se opõe à liberdade. Ontologicamente considerado, é uma forma social inscrita na dinâmica das possibilidades de conquista e perda relativa da liberdade, ao longo da história” (BARROCO, 2008, p. 99).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (2009, p. 77).

Para os autores acima citados, a questão social apresenta duas faces indissociáveis:

[...] uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, em face das mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 79).

É nesse momento sócio-histórico, permeado por elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais, que se gestaram as condições necessárias para a institucionalização e profissionalização do Serviço Social no Brasil. Assim, o Serviço Social emerge na sociedade brasileira no contexto histórico-social da década de 1930. Como uma iniciativa de representantes da elite dominante, ligados ao poder da Igreja Católica ou do Estado.

Nestes termos, conforme observa Iamamoto “o Serviço Social no Brasil nasce e se desenvolve nos marcos do pensamento conservador, como um estilo de pensar e de agir na sociedade capitalista, no bojo de um movimento reformista conservador²” (2009, p. 219).

De acordo com Iamamoto e Carvalho,

Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária (2009, p. 83).

É essa “missão política”, de bases confessionais, que proporcionou o surgimento do Serviço Social como um departamento especializado da Ação Católica e da Ação

² “O reformismo conservador consiste na substituição dos fatores individuais por outros fatores individuais (melhorias); o reformismo progressista tende a reprimir um fato indesejável, reformando todo o mundo circundante que torna possível sua existência. Assim, pois, o reformismo progressista tende a atacar o sistema no seu conjunto, enquanto o reformismo conservador ataca detalhes particulares” (MANNHEIM, apud IAMAMOTO, 2009, p. 219).

Social. Assim, percebe-se a forte influência da ação da Igreja Católica em todos os setores da sociedade, em particular na classe operária e entre as mulheres. A criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, em 1932, é um exemplo desta influência na formação, por meio da Doutrina Social da Igreja e no conhecimento dos problemas sociais brasileiros. Este centro tinha como preocupação fundamental “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p.169).

É justamente com a articulação do CEAS com a crescente intervenção do Estado nas expressões da “questão social” que, em 1936, é fundada a primeira escola de Serviço Social, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, seguindo-se, em 1937, com a do Rio de Janeiro. Essas primeiras escolas organizaram-se sob forte influência europeia, especialmente franco-belga. Essa vertente conservadora defendia a compreensão do sujeito como responsável pelas suas condições de vida, que articulada aos interesses da ideologia da Igreja Católica sob os princípios do neotomismo, desenvolvia uma prática cujo enfoque da intervenção era pautado pelo caráter moralizador, individualista, psicologizante, culpabilizando as famílias pelas suas “anomalias” e/ou seus desvios “patológicos”.

O neotomismo marca fortemente as práticas das protoformas do Serviço Social através de ações educativas, visando reeducar as famílias e tendo a religião como esteio moral da estabilidade individual, e assim resguardando a ordem e a disciplina social.

De acordo com Barroco,

O neotomismo repõe, sobre novas determinações históricas, a filosofia tomista. Para esse pensamento filosófico de base teleológica, o princípio da existência de Deus confere uma hierarquia aos valores morais, tendo em vista sua subordinação às “leis naturais” decorrentes das “leis divinas”. A natureza humana é considerada a partir de uma “ordem universal imutável”, donde as funções inerentes a cada ser apresentaram-se como necessárias à “harmonia” do conjunto social, cuja realização leva ao “bem comum” ou à “felicidade geral” (2008, p. 91).

Assim, os princípios neotomistas concebiam a sociedade e as relações sociais como estruturas inalteráveis, um processo natural que não caberia ao homem questioná-las. Através de uma postura moralista, o homem era concebido como imagem e semelhança de Deus.

Dessa forma, nesse período, o Serviço Social foi marcado por um posicionamento conservador pautado nos princípios humanistas cristãos, em que a “questão social” era entendida como um problema moral, ou seja, a família e o indivíduo eram responsabilizados e culpabilizados pelos seus próprios “desajustes”.

Através da influência do Serviço Social norte-americano, o pensamento positivista é absorvido pelo Serviço Social brasileiro. Esse pensamento contribuiu para a compreensão da sociedade como uma “[...] entidade orgânica, funcionalmente articulada, cujo modelo é a família e a corporação. [...] que pensa a base do ‘nós’; o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos” (IAMAMOTO, 2002, p. 24).

Essa perspectiva teórica contribuiu para a constituição de uma visão de sociedade regulada por leis naturais invariáveis, que independem da vontade e da ação do sujeito. Essa influência norte-americana possibilitou ao profissional: analisar os indivíduos de acordo com as suas funções na sociedade para que eles conseguissem se adaptar na realidade social sem criticar suas estruturas estabelecidas.

A partir dos anos de 1940 e 1950, a “questão social” passa por grandes transformações, especialmente a partir da II Guerra Mundial. A aceleração industrial, as migrações campo-cidade, o intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, vão exigir novas respostas do Estado e do empresariado às necessidades de reprodução da vida social nas cidades. A “questão social” se põe como alvo da intervenção do Estado, por meio das políticas sociais públicas, ao mesmo tempo em que o empresariado substitui a mera repressão e assistência eventual por mecanismos que visam à colaboração entre capital e trabalho.

É nesse contexto, que é criada, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), primeira instituição de porte nacional, bem como as grandes instituições patronais que irão configurar o que hoje conhecemos como sistema “S” - SESI, SENAI, SESC, SENAC, ampliando significativamente o mercado de trabalho do assistente social. A forte influência norte-americana penetra também na profissão, com a incorporação das teorias estrutural-funcionalistas e das metodologias de intervenção de Caso³, Grupo⁴ e Comunidade⁵.

³ O Serviço Social de Caso orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem

Diante desse contexto, nos anos de 1960, inicia-se um ciclo de indagações sobre o objeto, os objetivos, os métodos e os procedimentos de intervenção do Serviço Social, dando início ao movimento de Reconceituação do Serviço Social. Este movimento tem origem no I Seminário Latino-americano de Serviço Social, realizado no ano de 1965 em Porto Alegre. Nesse mesmo ano, foi fundada a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social, logo depois Trabalho Social (ALAETS), e uma década depois, o Centro Latino-americano de Trabalho Social, CELATS, que tiveram grande importância na promoção do Serviço Social crítico.

O movimento de Reconceituação do Serviço Social objetivou construir uma crítica à profissão, aos seus pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos e às determinadas práticas profissionais. A partir da crítica buscava-se uma referência distinta do cunho conservador, para orientar e redimensionar o exercício profissional do Assistente Social.

Assim, este movimento representou um marco na revisão crítica do Serviço Social e foi dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicando em um questionamento global da profissão e sua resposta no âmbito da sociedade. Questionamento esse que veio de um contexto de profundas mudanças ocasionadas pelas fortes lutas sociais demarcadas pela expansão do capitalismo no contexto mundial.

Segundo Yamamoto (2009), “o movimento de Reconceituação do Serviço Social foi na sua especificidade um fenômeno caracteristicamente latino-americano” (p. 205).

Ainda segundo a autora:

O Serviço Social latino-americano é sensibilizado pelos desafios da prática social. Sua resposta mais significativa se

seu papel no sistema vigente. Dessa forma, o Serviço Social de Caso pode ser concebido como um instrumento ou meio para constituição de uma suposta liberdade individual.

⁴ O Serviço Social de Grupo era utilizado em uma perspectiva educacional, na medida em que procurava fortalecer a personalidade individual, através da ênfase dada à capacidade de liderança, à tomada de decisão e ao aspecto psicossocial. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o Serviço Social de Grupo ajudava os indivíduos a se autodesenvolverem e a se ajustarem aos valores e normas vigentes no contexto social em que estavam inseridos.

⁵ O Desenvolvimento de Comunidade apresenta características semelhantes à dos dois processos anteriormente descritos. Objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao mesmo tempo em que realizava um trabalho assistencial. Sob a influência do funcionalismo norte-americano, a proposta oficial do Desenvolvimento de Comunidade é estimulada como mecanismo de correção das “disfuncionalidades” causadas pelo sistema capitalista, constituindo-se em instrumento ideológico de integração da população pobre aos projetos de desenvolvimento.

consubstancia na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória dessa profissão, que tem aproximadamente seis décadas de existência. Essa resposta é o movimento de Reconceituação. Esse se perfilou, como um movimento de denúncia - de autocrítica e de questionamentos societários – que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTO, 2009, p. 207).

O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina funda-se numa expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador e na possibilidade de uma nova identificação profissional com ações voltadas às questões da classe trabalhadora.

Tudo isso, foi fator essencial e decisivo para a agitação dos assistentes sociais quanto ao seu papel profissional mediante as expressões da “questão social”. As ações profissionais passaram a ser questionadas quanto a sua não neutralidade diante da realidade social brasileira, assim como os embasamentos teóricos e metodológicos que fundamentavam a sua prática.

Esta nova realidade profissional vai marcar o início da erosão das bases do Serviço Social “tradicional”, no qual “o assistente social quer deixar de ser um ‘apostolo’ para investir-se da condição de ‘agente de mudança’” (CASTRO apud NETTO, 2009b, p. 138).

Neste contexto, Netto (2009b) aponta três elementos relevantes para a erosão do Serviço Social “tradicional”:

Primeiro, o reconhecimento de que a profissão ou se sintoniza com ‘as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento’ ou se arrisca a ver seu exercício profissional ‘relegado a um segundo plano’; em consequência levanta-se a necessidade ‘de [...] aperfeiçoar o aparelhamento conceitual do Serviço Social e de [...] elevar o padrão técnico, científico e cultural dos profissionais desse campo de atividade’; e finalmente, a reivindicação de funções não apenas executivas na programação e implementação de projetos de desenvolvimento (p. 139).

Sendo assim, o momento inicial do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e posteriormente a Renovação do Serviço Social são marcados pela mudança na postura da prática profissional.

Netto aponta quatro aspectos decisivos no processo de renovação do Serviço Social:

[...] a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; a crescente diferenciação das concepções profissionais, derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas; a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade posta por funções meramente executivas; e a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo, mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa (NETTO, 2009b, p. 135).

É importante apontar esses aspectos para entender melhor em que âmbitos ocorreu a renovação do Serviço Social. Segundo Netto, este processo se dá por meio de três perspectivas: *Perspectiva modernizadora*, *Perspectiva de reatualização do conservadorismo* e *Perspectiva de intenção de ruptura*. Neste campo os assistentes sociais começam a desenvolver um intenso processo de discussões internas na busca de um novo perfil profissional e de uma identidade com as classes trabalhadoras.

A *perspectiva modernizadora*, que constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, encontra a sua formulação através do primeiro seminário de teorização do Serviço Social, impulsionado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social – CBCISS. Seu marco principal encontra-se nos resultados formulados nos Seminários de Teorização de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), com grande influência junto ao grupo profissional.

Segundo Guerra, nesses seminários:

começam a serem gestados os elementos que permitem a formação de uma massa crítica, a partir da pesquisa sobre as condições do exercício profissional, sobre a trajetória histórica da profissão, sobre a organização política e dinâmica das classes sociais (GUERRA, 2009a, p. 07).

Recorrendo ainda a análise de Netto sobre os documentos elaborados em Araxá⁶ e Teresópolis⁷ é possível perceber que, não há, nesta perspectiva, nenhum tipo

⁶ No Documento de Araxá é possível perceber a associação do Serviço Social a uma determinada direção sociopolítica, organicamente vinculada aos interesses e exigências da burguesia, expresso sob o signo da autocracia. Os autores do Documento de Araxá partiram de uma definição consensual da profissão: “Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais”. (CBCISS, 1986, p.24)

⁷ O Documento de Teresópolis apresenta de forma mais consistente o papel profissional dentro de uma ordem técnico-burocrática, demonstra uma visão eclética, de fundo estrutural-funcionalista, balizado pelo desenvolvimentismo. Sobre este documento, Netto afirma que: “A concepção científica da prática do Serviço Social é assumida como uma intervenção (1) sobre os elementos intelectualmente categorizados

de questionamento sobre a realidade sociopolítica da época, tentando apenas responder as novas demandas colocadas pelo período ditatorial, adequada a autocracia burguesa. Segundo Netto “o núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (NETTO, 2009b, p.154). Ou seja, essa perspectiva tenta adequar o Serviço Social as mudanças, tanto sociais, quanto políticas, que a autocracia burguesa apresenta na época.

O que segundo o autor demonstra que

o caráter modernizador desta concepção reside em aceitar como um dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos aptos a responder às demandas que se apresentavam em seus limites, donde, o caráter tecnocrático que se pretende atribuir ao Serviço Social (NETTO, 2009b, p.155).

Segundo a análise de Netto, o fundamento teórico metodológico dessa perspectiva é a sociologia funcionalista. Nesse referencial teórico, as estruturas sociais não eram questionadas, o trabalho do assistente social estava voltando para as necessidades presentes do “cliente”, sem questionar as causas que geraram a “questão social” e o indivíduo devia adaptar-se as normas sociais. Dessa forma, o funcionalismo busca a integração do homem ao meio, tem como base o equilíbrio das tensões na unificação social de todos os papéis, e o sistema deve funcionar na mais perfeita ordem, caso contrário as disfunções precisam ser corrigidas.

Assim, verifica-se que essa perspectiva não empreendeu efetivamente uma ruptura com a herança conservadora, que marca o Serviço Social. Ela apenas revela seu projeto reformista, incorporando novas perspectivas teórico-metodológicas.

Já a *perspectiva de reatualização do conservadorismo* tem como perspectiva teórico-metodológica a fenomenologia. É a vertente que não rompe com o passado, mas lhe dá nova roupagem.

Segundo Netto:

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão,

da empiria social, (2) ordenada a partir de variáveis de constatação imediata e (3) direcionada para generalizar a integração na modernização” (NETTO, 2009b, p. 188). Esse Documento tem como tema central a metodologia do Serviço Social, e consistiu em um dos grandes marcos para a apreensão do significado do método para o Serviço Social. Para Netto, em Teresópolis, “[...] o que está no centro das formulações, aqui, não são teorias, valores, fins e legitimidade (antes, esses componentes são dados como tácitos), mas sim a determinação de formas instrumentais capazes de garantir uma eficácia da ação profissional apta a ser reconhecida como tal pelos complexos institucional-organizacionais” (2009b, p. 190).

nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiam à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinam a uma visão de mundo que deriva do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista (2009b, p.157).

Finalmente, tem-se a *perspectiva de intenção de ruptura*. Essa perspectiva surge a partir da crise final da autocracia burguesa, quando o movimento operário, constituído em sujeito político, emerge no contexto político-social, na passagem dos anos 70 para os 80. Este processo se refrata no interior do Serviço Social no Congresso da Virada, III Congresso de Assistentes Sociais do Brasil, no ano de 1979.

Nesse congresso, a ruptura operada, verifica-se simbolicamente na destituição dos convidados oficiais, representados pelas autoridades do regime militar, da comissão de honra e substituídos por dirigentes de movimentos sindicais e populares, entre os quais Luís Inácio Lula da Silva. Este fato histórico teve grande repercussão na categoria profissional, constituindo um marco no processo de politização e mobilização de profissionais e estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais em todo país.

Assim, de acordo com Guerra,

o ‘Congresso da Virada’ constitui-se no mais importante marco sócio-histórico e político do Serviço Social brasileiro, a partir do qual a categoria, dinamizada pelas lutas da classe trabalhadora, ao enfrentar a hegemonia do conservadorismo, inicia a construção de um projeto profissional de ruptura (GUERRA, 2009a, p. 05).

Este contexto é responsável pelo impulso da *perspectiva de intenção de ruptura*, que só encontrou condições objetivas favoráveis a partir da abertura política, uma vez que, a autocracia burguesa dos anos anteriores impôs inúmeras dificuldades políticas para esse movimento.

Essa *perspectiva da intenção de ruptura* “não pode ser considerada apenas como um resultado da vontade de seus protagonistas, mas sim como expressão no processo de laicização e diferenciação profissional” (NETTO, 2009b, p. 255). Ela é vista como uma

perspectiva renovadora que emergiu no quadro da estrutura universitária – Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

Neste momento, a *intenção de ruptura*, como perspectiva profissional que objetiva romper com o tradicionalismo e escrever novas páginas para o Serviço Social, aproxima-se da Universidade que se apresentava como um espaço “menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era comparado ao demais, uma espécie de ponto fulcral na linha da menor resistência.” (NETTO, 2009b, p. 250).

A *intenção de ruptura* é caracterizada como uma ruptura com a herança conservadora do Serviço Social. Essa ruptura é expressa como uma forma de luta para alcançar as novas bases para a legitimação da ação profissional do assistente social ao reconhecer as condições sociais presentes, colocando-se a serviço dos interesses da classe trabalhadora.

As bases sociopolíticas da *intenção de ruptura* estavam reprimidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas, sendo que as mudanças sofridas na sociedade brasileira durante o período autocrático expandiram amplamente as bases sociopolíticas objetivas a partir dos espaços ocupados pela classe trabalhadora que revitalizaram esta perspectiva.

O que importa frisar é que houve uma “redescoberta” da classe trabalhadora e que a produção intelectual começa a enfrentar a realidade das classes sociais, a qual a *intenção de ruptura* se vincula.

A análise dessa *intenção de ruptura* se faz a partir de seu processo de constituição que é encarada por duas situações distintas: de um lado, a bibliografia profissional examina os elementos de seu contexto e por outro existe um difícil acesso a documentação produzida ao longo da experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais.

Segundo Netto (2009b), “esquemáticamente, parece-nos legítimo rastrear no processo de constituição da perspectiva da intenção de ruptura três momentos diferenciáveis: o da sua emersão, o da sua consolidação acadêmica e o do seu espraiamento sobre a categoria profissional” (p. 261). A emersão refere-se ao Método B. H. (1972-1975); a consolidação tem como referência o Congresso da virada (1979) e ao Currículo de 1982 implementado a partir de 1984 e o espraiamento faz referência ao Código de ética de 1986.

Netto expõe que, a perspectiva renovadora está presente no trabalho dos profissionais e que ganhou supremacia na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais que é o lugar do surgimento do Método Belo Horizonte, mais conhecido como o Método B.H.

O método BH é de grande importância para o processo de renovação do Serviço Social, pois se coloca além das críticas metodológicas a profissão, como alternativa global ao tradicionalismo, como um novo “projeto profissional” (NETTO, 2009b, p. 276). Este método constitui-se em “uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação” (Netto, 2009b, p.263).

As principais críticas dessa equipe ao tradicionalismo profissional, segundo as análises de Netto (2009b) são divididas em três aspectos:

a) Ideopolíticas: critica-se a sua aparente ‘neutralidade’ que, de fato, ‘se traduz no desenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses’, exercendo, realmente, ‘um papel conservador’; b) Teórico-metodológicas: nele, ‘os elementos teóricos não são relevados enquanto um corpo que orienta a ação, embora estejam subjacentes à atuação profissional’; ‘a realidade é concebida de modo abstrato e departamentalizado e os fenômenos são explicados de modo fragmentário, a partir de uma visão microscópica e mutilada do mundo’; em última análise, o que o tradicionalismo oferece é ‘uma visão dicotômica entre a realidade social e os grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito e o objeto’; c) operativo-funcionais: na perspectiva do tradicionalismo, ‘os elementos constitutivos da ação metódica não são explicados claramente’; ‘o objeto é definido unilateralmente, ora referindo-se à realidade objetiva’; ‘não existe a preocupação de se delimitar as áreas prioritárias de atuação’, escolhidas tão-somente segundo o ‘critério de localização dos indivíduos, grupos ou comunidades’; enfim, o que compete ao Serviço Social tradicional é ‘eliminar as disfunções, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas’ (NETTO, 2009b, p. 278).

Assim, o Método BH configura-se como mais um dos importantes marcos para se entender a trajetória do Serviço Social no Brasil. Nele é possível identificar uma proposta profissional alternativa de intervenção das tradicionais práticas, apontando ao Serviço Social uma abordagem coletiva, mobilizadora, incentivando a organização social nas reivindicações das necessidades da classe trabalhadora. Segundo Netto, o método BH configurou-se para,

além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suporte acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (2009b, p.276-277).

É com o Método de BH que ocorre uma primeira aproximação com a tradição marxista.

Neste primeiro momento o contato dos assistentes sociais com as teorias marxistas foi realizado de forma enviesada, visto que não houve um estudo profundo das obras de Marx e sim uma análise superficial, um recorte embasado em obras secundárias, desvinculado das fontes originais. Foi uma aproximação a um marxismo sem Marx, resultando numa “invasão às ocultas, do positivismo no discurso marxista do Serviço Social” (QUIROGA apud IAMAMOTO, 2009, p.211).

Santos (2007) intitula este primeiro momento como “apropriação ideológica do marxismo” (p. 74). Visto que:

A leitura de divulgadores desta tradição intelectual a que se teve acesso, predominantemente a partir da militância política, forneceu um determinado e problemático “recorte” que se encaixavam as requisições postas naquele momento histórico para a profissão: nesse primeiro encontro com o marxismo capturaram-se seus elementos ideopolíticos, como aportes para a ruptura (SANTOS, 2007, p.73).

Segundo as análises de Iamamoto (2009), as formas de aproximação do Serviço Social com o marxismo foram responsáveis por vários equívocos cujas refrações até hoje se fazem presentes dentro da profissão. No entanto, foi à aproximação desse referencial, mesmo precário em um primeiro momento, que contribuiu para uma ruptura teórica e prática com a tradição profissional.

Somente a partir dos anos 80, como observa Netto, identifica-se a primeira incorporação bem sucedida, de fonte clássica, da tradição marxiana para a compreensão do Serviço Social. Nesse momento a teoria social de Marx começa a ser estudada com maior aprofundamento pelos assistentes sociais.

Nesse processo, destaca-se a contribuição da professora Marilda Vilela Iamamoto. Ela fez o primeiro estudo em nível de Serviço Social fundamentado nas contribuições marxianas. Em 1983 foi publicada a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de autoria de

Marilda Vilela Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho. Nessa obra é feita uma releitura acerca da origem e da institucionalização do Serviço Social no Brasil, e Iamamoto situa e explica o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Inclusa no processo de (re) produção das relações sociais assumindo como objeto de trabalho a “questão social” e suas manifestações.

A reprodução das relações sociais dar-se pela forma de capilarização do capital nas diversas dimensões da vida social (Cf. Iamamoto e Carvalho, 2009). Em outras palavras, a reprodução das relações sociais é a reprodução do modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade.

Esta concepção de reprodução social fundamenta uma forma de apreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade. Inserção que, conforme Iamamoto e Carvalho:

implica em considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e, que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional; e como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais (2009, p. 73).

Dessa forma, “não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 79). Ou seja, para Iamamoto (2009), “a profissão é compreendida como um produto histórico que adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual faz parte” (p. 203).

Portanto, “se a profissão é determinada socialmente por circunstâncias sociais objetivas, as quais conferem uma direção social predominante à prática profissional, ela é também produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente, em condições sociais dadas” (IAMAMOTO, 2009, p. 204).

Sendo assim, para Iamamoto,

a ampliação e aprofundamento do marxismo no Serviço Social Brasileiro fez com que seus próprios produtos se revertissem em uma das fontes de sua afirmação no panorama do debate,

passando a construir em um grau considerável na travessia para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social: a travessia de sua cidadania acadêmica (2009, p. 234).

Assim, a obra de Yamamoto sinaliza a “maioria intelectual da perspectiva de ruptura – ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias” (NETTO, 2009b, p. 275).

Dessa forma, essa aproximação do Serviço social com a teoria social marxiana proporcionou avanços no arsenal teórico-metodológico da profissão. No entanto, é necessário levar em conta também o papel da Universidade e dos cursos de pós-graduação nesse processo.

Na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, começam a surgir os primeiros cursos de pós-graduação⁸ na área de ciências sociais e, especificamente, em Serviço Social no Brasil. “Criando as bases para nutrir a produção científica e criar um mercado editorial até então praticamente inexistente” (IAMAMOTO, 2009, p. 217).

A partir da *perspectiva da intenção de ruptura*, o Serviço Social se insere no espaço acadêmico. O ingresso e a legitimação do Serviço Social nas Universidades possibilitou, principalmente através da pós-graduação, a produção de conhecimentos e formação de uma massa crítica considerável. É só a partir da consolidação dos cursos de pós-graduação, que se pode falar propriamente em produção de conhecimento⁹ no campo de Serviço Social. Resultam desse momento um acúmulo e produção de conhecimento, por meio da pesquisa e investigação, possibilitando o desenvolvimento de profissionais com uma visão cada vez mais crítica, refletindo na sua intervenção profissional. A acumulação teórica da categoria avança também através da incorporação de matrizes teóricas críticas, notadamente as ligadas à tradição marxista.

Dessa forma, a procura por referenciais críticos assim como o diálogo permanente com outras disciplinas do campo das ciências sociais contribuem para o amadurecimento teórico do Serviço Social.

⁸ Em 1972 foi criado o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, ainda em 1972, o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ; em 1976 na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; em 1977 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS, em 1978 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1979 na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Em 1980 a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo cria o primeiro curso de doutorado.

⁹ Em 1984, o Serviço Social obteve reconhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como uma área específica de pesquisa, e é legitimado como área de produção de conhecimento. Em 1986, se insere no Comitê de Psicologia Social e Serviço Social, e na atualidade ocupa o lugar de área do Conhecimento dentro das Ciências Sociais Aplicadas.

A partir da década de 80 a profissão sente a necessidade de acompanhar o processo de transformações sociais, políticas e econômicas do mundo contemporâneo e da própria realidade brasileira. A busca pela renovação que gerou a ruptura com o tradicionalismo no seio da profissão ofereceu uma nova inserção dos assistentes sociais no debate acadêmico.

No âmbito da formação profissional, o debate desenvolvido pela categoria neste contexto de discussão da profissão, coloca a necessidade de se discutir e avaliar o projeto de formação que orientava a formação dos profissionais. Assim, são colocadas as bases para o debate do projeto de Formação Profissional, processo que culmina com a aprovação do Novo currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social em 1982.

Assim, tendo como base o currículo aprovado em 1982 e os avanços teóricos e políticos presentes no cotidiano da profissão, admite-se a importância da pesquisa científica e evidencia um compromisso de classe, materializando a preocupação com a formação profissional, no tocante ao exercício profissional, propondo o rompimento com a ideologia dominante e a vinculação do exercício profissional aos interesses dos usuários.

Na década de 80 temos um segundo momento denominado por Santos (2007) de apropriação epistemológica ao marxismo, onde há uma dogmatização do marxismo, os assistentes sociais ainda têm uma visão endógena da profissão se fechando dentro dela e deixando de correlacionar à realidade da sociedade brasileira, tendo no marxismo uma receita pronta para ser aplicado nesse contexto. Essa década, muito embora represente avanços no entendimento das particularidades profissionais “retrata expressivamente a apreensão do marxismo como um modelo que se ‘aplica’ na prática” (SANTOS, 2007, p. 77), esquecendo-se da relação entre prática e teoria. Resultando na famosa frase “a teoria na prática é outra”. Tem-se, assim, a percepção de que deveria existir uma identidade entre teoria e prática; esta última seria moldada pela teoria de forma que o produto final correspondesse à teoria “aplicada”. Esta falta de correlação entre a prática e a teoria resulta em um equívoco que se carrega até os dias atuais, onde se entende a teoria longe da prática, como se ambas caminhassem isoladamente, vivenciando uma dicotomia.

Neste período há o estabelecimento de um diálogo com as fontes originais marxianas e a aproximação com as obras de alguns autores marxistas como o italiano Antônio Gramsci. Mas, no decorrer da década de 80, a frustração dos profissionais do

Serviço Social tem seu ápice quando entendem que a realidade é dinâmica e a teoria aplicada não dá conta dessa realidade, onde o ser social produzido dentro do sistema capitalista tem sua historicidade, gerando a desconstrução de que os assistentes sociais são salvadores da pátria, dotados de “poderes” para transformar a sociedade.

Este processo de análise reflexiva amadureceu a profissão, no sentido de entendê-la dentro do movimento da relação social na organização de uma sociedade capitalista. Santos (2007), nos anos 90, denominou este processo como apropriação ontológica da vertente crítico-dialética, ou seja, o estudo do ser social, entendendo o ser social dentro da categoria trabalho, pois Marx deslumbra a transformação do homem pelo trabalho, pois o homem transforma a natureza em objetos para sustentar suas necessidades e neste processo de transformação da matéria-prima em objetos também ocorre o processo de transformação do próprio homem, e no núcleo da sociedade capitalista, o capital, agrega ao trabalho os fatores mais-valia, que exerce a dominação, gerando o antagonismo de classes, a desigualdade social que produz a “questão social” levando a um desdobramento das expressões sociais.

Nesse período, de acordo com Iamamoto, “o Serviço Social é colocado como objeto de sua pesquisa, incentivando um balanço crítico global dessa profissão: das bases históricas e ídeo-teóricas da sua prática” (2009, p.236), derivando em polêmicas diversas que pareciam “fechar” o Serviço Social nele mesmo.

Sendo assim, Iamamoto aponta que:

É necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. É necessário extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como precondição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação. Um dos maiores desafios enfrentados pelos assistentes sociais na atualidade é decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (2009, p.20).

Dessa forma, por meio do enriquecimento analítico da profissão em relação ao contexto a sua volta e dentro da própria profissão, o assistente social pode ampliar o seu leque temático, e assim, romper com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, evitando uma visão ilusória e desfocada da realidade. Essa ruptura com a endogenia da profissão (IAMAMOTO, 2009), coloca-se como elemento necessário para a “recriação” do Serviço Social, considerando as suas reflexões e construções teórico-metodológicas.

Assim, no movimento de ruptura com o conservadorismo na profissão um dos grandes ganhos da profissão foi superar a endogenia e consolidar uma produção de conhecimento com bastante amplitude temática, uma vez que esta profissão é convocada para intervir transversalmente nas expressões da “questão social”, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas sociais que os materializam, passamos a produzir sobre o Estado, as relações sociais, as políticas sociais, etc.

1.2- A Produção Teórica do Serviço Social nos anos de 1990 a 2000: O que discutimos?

Com o movimento de Renovação do Serviço Social, a profissão avançou, no sentido de romper com antigas concepções, descoladas da realidade, numa visão endógena do Serviço Social (IAMAMOTO, 2009) que não compreendia essa forma histórica de reconhecer a profissão no rol de profissões que surgem a partir de um determinante histórico que é a “questão social”.

De acordo com Netto as contribuições da *intenção de ruptura* para a superação dessa concepção e ampliação do campo de debate teórico da profissão têm como base dois componentes:

De um lado, uma ponderável abertura e ampliação de horizontes ideoculturais, que permitiu a profissão aprofundar o rompimento com a notória endogenia das suas representações; de outro, um sensível elemento crítico, responsável pela introdução, no terreno das representações profissionais, de um confronto de ideias e concepções antes não registrado (NETTO, 2009b, p. 303).

Sendo assim, nesse período, esta ampliação do debate teórico no Serviço social ocorre com a incorporação de algumas temáticas significativas que se referem à reflexão sobre os próprios espaços de ocupação de maneira mais ampla, não como mercado de trabalho, mas como determinações para o próprio exercício e movimento da profissão

entre limites e possibilidades. Dessa forma, passamos a refletir sobre instâncias como Estado, a implementação das políticas sociais, etc.

De acordo com Yamamoto,

esses veios temáticos foram amplamente frutificados pela produção acadêmica inscrita no campo do marxismo, contribuindo para que, ao voltar-se sobre si mesmo, o Serviço Social se defrontasse com um amplo leque temático que, embora o extrapolasse, mostrava-se ao mesmo tempo indispensável para a compreensão do seu significado social; indispensável para entendê-lo na trama das determinações e relações sociais que lhe atribuem a sua particularidade histórica. Nesse alargamento do universo temático na produção profissional passa a constar análises relativas à natureza do Estado brasileiro na idade do monopólio, às políticas sociais, em especial seguridade; incursões no terreno das análises de conjuntura e a incorporação do debate presente na órbita das ciências sociais sobre os movimentos sociais, entre outros (2009, p. 238-239).

Assim, para analisarmos a questão da amplitude temática adquirida pelo Serviço Social, utilizaremos como base o artigo “A Pós-Graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro¹⁰” de autoria de Maria Ozanira da Silva e Denise Bomtempo Birche de Carvalho. Nesse artigo, as autoras consideram a produção de conhecimento a partir das teses e dissertações; no desenvolvimento de projetos de pesquisa e da produção bibliográfica desenvolvida no contexto da pós-graduação dos 23 programas em implementação na área do Serviço Social na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando o período 2001 a 2003¹¹.

¹⁰ Cabe destacar que utilizamos dos dados levantados nessa pesquisa, mas consideramos que a mesma apresenta caráter muito descritivo dos elementos levantados. Para nós aqui interessa apenas traçar um quadro desse universo temático.

¹¹ Dados recentes mostram que existem 228 grupos de pesquisa em Serviço Social no país; com 779 linhas de pesquisa correspondentes; 1652 pesquisadores, 1367 alunos e 250 técnicos constam como cadastrados nesses grupos. Os eixos temáticos prevalentes são: Infância / Juventude / Família / Sociedade; Serviço Social / Formação Profissional / Prática Profissional; Seguridade Social: Política de Saúde, Previdência e Assistência Social; Questão Urbana / Questão Agrária / Meio Ambiente; Movimentos Sociais / Processos Organizativos / Associativismo / Sujeitos Sociais / Conselhos / Controle Social; Exclusão Social / Desigualdade / Pobreza; Estado / Instituição / sociedade; Espaço Público / Espaço Privado / Descentralização / Municipalização; Trabalho / Reestruturação Produtiva / Condições de Vida / Pobreza; Pessoa com deficiência / Terceira Idade / Envelhecimento; Cultura / Identidade; Terceiro Setor / ONG / Voluntariado / Responsabilidade Social; Ética / Cultura / Diversidade; Política / Democracia / Direitos Sociais / Cidadania / Direitos Humanos; Política Social / Políticas Públicas / Gestão / Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Etnia, raça, gênero, orientação sexual; Questão Social; Desenvolvimento de Comunidade / Trabalho Comunitário; Programas de Transferência de Renda: Renda Mínima/Bolsa Escola/PETI/BPC; Identidade / Representação Social; e outros temas (ABEPSS, 2010).

De acordo com as autoras, a análise das áreas de concentração e linhas de pesquisa que compõem as propostas dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social no Brasil destaca como temáticas mais prevalentes:

Quadro 01: Incidência das temáticas nas áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil

Especificação Temática	Indicações
Política Social/Políticas Públicas/Avaliação de Políticas Sociais	41
Serviço Social	28
Estado/Instituições	19
Trabalho/Processos de Trabalho/Relações de Trabalho	14
Movimentos Sociais/Processos Organizativos/Associativismo/Sujeitos Sociais	14
Direitos Sociais/Cidadania/Direitos Humanos	14
Sociedade/Processos Sociais/Relações Sociais/Reprodução Social	14
Cultura	10
Questão Social	06
Formação Profissional	06
Fundamentos do Serviço Social/ Teoria e História	06
Prática Profissional	05
Prática Sociais/Ação Social	04
Violência	04
Exclusão Social/Pobreza	03
Identidade/Identidades Sociais	03
Representações Sociais	02

Fonte: Dados apresentados e levantados pela pesquisa de Maria Ozanira Silva e Silva e Denise Bomtempo Birche de Carvalho, no livro A Pós-Graduação e a Produção de Conhecimento no Serviço Social Brasileiro. Consulta em site acesso em 28/03/2012.

As autoras verificaram também que os eixos temáticos centrais dos Programas de Pós- Graduação são representados pelo Serviço Social e a Política Social, seguidos de Estado/Instituição e dos Direitos Sociais, com destaque aos movimentos sociais, sujeitos privilegiados das políticas sociais e dos processos sociais em geral. Por outro lado, verificaram, no campo estudado, fragmentação de temáticas e pouca incidência de temas relevantes na atualidade para o Serviço Social brasileiro, como exclusão social e pobreza, assistência social, saúde, seguridade social, gênero, família, criança e

adolescente. Com relação às teses e dissertações, as autoras verificaram a centralidade das Políticas Sociais de Estado, em resposta as demandas e necessidades sociais da população brasileira, seguindo-se do estudo de temáticas situadas no campo específico do Serviço Social.

A análise desse levantamento¹² evidenciou destaque atribuído a um conjunto de cinco eixos temáticos seguindo a seguinte ordem de indicação:

Quadro 02: Eixos Temáticos Defendidos nas Teses e Dissertações

Eixos Temáticos	%
Política Social	21,57
Serviço Social/Trabalho/Prática e Formação Profissional	18,28
Infância/Juventude/Família/Sociedade	14,22
Questão Urbana/Movimentos Sociais/Meio Ambiente	10,27
Trabalho/Reestruturação Produtiva/Condições de Vida/Pobreza e Exclusão Social	9,60

Fonte: Dados apresentados e levantados pela pesquisa de Maria Ozanira Silva e Silva e Denise Bomtempo Birche de Carvalho, no livro A Pós-Graduação e a Produção de Conhecimento no Serviço Social Brasileiro. Consulta em site acesso em 28/03/2012.

Ao analisar a produção bibliográfica do Serviço Social, as autoras consideraram nesse estudo os livros e coletâneas; capítulos de livros; artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos apresentados para avaliação dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social junto a CAPES no período de 2001 a 2003. Assim, as incidências verificadas foram:

Quadro 03: Eixos temáticos abordados no conjunto da produção bibliográfica dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social (2001-2003)

Eixos Temáticos	Indicações	%
Serviço Social: Formação Profissional/Trabalho do Assistente Social/Prática Profissional	278	10,43
Trabalho/Reestruturação Produtiva/Globalização	231	8,66
Infância/Juventude/Família	229	8,59
Seguridade Social: Saúde	182	6,82
Gênero/Violência	181	6,79
Ética/Cultura Política/Democracia/Diversidade	177	6,63
Política Social/Políticas Públicas/Gestão/Avaliação de Políticas e Programas Sociais	152	5,70

¹² O levantamento das teses e dissertações desenvolvido pelas autoras considerou um total de 760 defendidas junto aos programas de pós-graduação em Serviço Social no período de 1998-2002.

Direitos Sociais/Cidadania/Direitos Humanos	131	4,91
Movimentos Sociais/Processos Organizativos/Associativismo/Sujeitos Sociais/Conselhos/Controle Social	115	4,31
Educação	105	3,93
Exclusão Social/Desigualdade/Pobreza	82	3,07
Seguridade Social/Assistência Social	77	2,88
Terceira Idade/Envelhecimento	72	2,70
Questão Urbana/Poder Local/Meio Ambiente	48	1,80
Investigação/Methodologia de Pesquisa	46	1,72
Terceiro Setor/ONG/Voluntariado/Responsabilidade Social	41	1,53
Estado/Instituição/Sociedade	39	1,46
Questão Social	37	1,39
Programas de Transferência de Renda: Renda Mínima/ Bolsa Escola/ PETI/ BPC	33	1,24
Identidade/Representação Social	32	1,21
Etnia/Raça	28	1,06
Questão Rural/Questão Agrária	27	1,02
Seguridade Social: Previdência Social	16	0,61
Espaço Público/Espaço Privado	16	0,61
Desenvolvimento de Comunidade/Trabalho Comunitário	13	0,49
Seguridade Social	11	0,42
Pessoa Portadora de Deficiência	10	0,38
Descentralização/Municipalização	09	0,34
Outros Eixos Temáticos com apenas uma indicação	248	9,30
Total	2666	100

Fonte: Dados apresentados e levantados pela pesquisa de Maria Ozanira Silva e Silva e Denise Bomtempo Birche de Carvalho, no livro A Pós-Graduação e a Produção de Conhecimento no Serviço Social Brasileiro. Consulta em site acesso em 28/03/2012.

É importante destacar que a centralidade atribuída a temas específicos do Serviço Social se deve ao momento histórico vivido pela profissão. Não podemos esquecer que o estudo realizado por Maria Ozanira da Silva e Silva e Denise Bomtempo Birche de Carvalho foi feito em um período onde ainda estava ocorrendo o processo de implementação nos Cursos de Serviço Social de todo o Brasil das Diretrizes Curriculares de 1996. Estas, originadas pelo amplo debate desenvolvido pela categoria, no âmbito da formação profissional. Neste contexto de discussão da profissão, é colocada a necessidade de se discutir e avaliar o projeto de formação que orientava a formação dos profissionais.

Contudo, contraditoriamente esse mesmo movimento que levou a amplitude temática adquirida pelo Serviço Social, anteriormente destacada, também passa a se constituir como uma tendência que deve ser problematizada, ou seja: ampliamos o campo de discussões que se referem desde o Estado até segmentos como crianças e adolescentes e não articulamos essa produção a profissão. É Yamamoto (2007) já em produção recente, que nos chama atenção para o fato de que na produção teórica do Serviço social, na década de 1980, constatou uma tendência em voltar-se mais para o Estado e menos para a sociedade; mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos com quem se trabalha. Ou seja, a cultura, o modo e condições de vida dos indivíduos sociais foram pouco estudados e conhecidos.

Assim, segundo a autora (2007), a temática de maior concentração da área de Serviço Social, tanto no que se refere às linhas de pesquisas dos programas de Pós-graduação como dos projetos de pesquisa concluídos e em andamento, se refere ao eixo das relações entre o Estado e sociedade civil na esfera das políticas públicas, especialmente das políticas sociais. As primeiras dissertações sobre o tema surgem a partir de 1983.

Nesse eixo tem-se como foco de análise a implementação, gestão, avaliação de programas e de projetos sociais previstos pelas políticas. Privilegiava-se a seguridade social, em especial a saúde e a assistência, ao mesmo tempo em que abrange as políticas públicas, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, política agrária, segurança alimentar, emprego, entre outros.

É importante observar que a década de 1980 é marcada por um período de forte mobilização dos movimentos sociais, impulsionando o processo de redemocratização do Estado brasileiro. Esse processo de mobilização fez promulgar a Constituição Federal de 1988 que trouxe novas formas de interlocução entre poder público e sociedade civil, inovando inclusive no trato das políticas sociais. A política social passou a ser dever do Estado e direito do cidadão. A Constituição também avança ao trazer, enquanto diretrizes da política social, a descentralização política, administrativa e financeira com a participação da sociedade civil no exercício do controle social.

Dentro deste contexto, é possível destacar que as temáticas do Serviço Social estão intimamente relacionadas com os acontecimentos que ocorrem na sociedade e que rebatem na profissão em termos de demandas ou requisições.

O tema do trabalho é a segunda temática de maior concentração nas pesquisas do Serviço Social. Segundo Iamamoto (2007) “é uma conquista relativamente recente, condizente com as transformações societárias operadas na esfera da produção de bens e serviços, no contexto da reestruturação da produção e dos mercados no atual estágio de acumulação capitalista” (p. 460).

Nesse eixo têm-se dois focos de análise. O primeiro se refere às relações e processos de trabalho, e o segundo refere-se ao mercado de trabalho, incluindo o mercado de trabalho para o assistente social. Esse segundo foco centra-se no trabalho do assistente social e suas metamorfoses, no contexto societário.

O terceiro eixo temático de maior concentração é o foco na cultura, identidades e subjetividades dos sujeitos. De acordo com Iamamoto,

de um lado, esse debate é relacionado ao Estado e políticas multiculturais, como parte de relações de poder envolvidas na luta pela hegemonia (religião, festas populares, memória da ciência; história do rádio, cultura afro-brasileira; direitos étnicos); por outro, a ênfase recai sobre as ‘representações sociais’ dos sujeitos individuais em relação às várias dimensões da vida em sociedade, que, se desconectadas das bases materiais e históricas de sua produção, pode ser campo fértil às reações neoconservadoras no universo do Serviço social (2007, p. 461).

A temática relativa à família, sociabilidade e cotidiano é a quarta de maior concentração nas pesquisas na área do Serviço Social. No passado da profissão, essa temática foi pouco pesquisada, o que abriu caminho para abordagens sistêmicas e psicossociais, com forte caráter conservador. Mas a retomada do tema também está relacionada pelo fato de a família ser principal alvo dos programas previstos pelas políticas sociais. Outro foco de análise refere-se à violência incidente nas relações familiares.

Segundo Iamamoto (2007), no último lugar da agenda temática da pesquisa está a formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social.

Nesse eixo, observa-se que a preocupação, na década de 80, era com a apropriação crítica das matrizes teórico-metodológicas e suas expressões na profissão. Hoje, essa temática apresenta pouco interesse como tema de pesquisa. O foco da abordagem dessa temática move-se para os fundamentos do trabalho e/ou ação profissional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade na atualidade. E, “ao mesmo tempo, existe uma tendência no sentido de particularizar a análise do exercício

profissional ou a pesquisa concreta de situações concretas: na saúde (SUS, saúde do trabalhador e da família)” (IAMAMOTO, 2007, P. 464).

Assim, tendo como base essa amplitude temática Iamamoto conclui:

ultrapassou-se a visão endógena da profissão, foram realizados importantes esforços de apropriação teórico-metodológica das grandes matrizes do pensamento social na modernidade e da crítica pós-moderna, instaurando o debate plural e respeitoso entre diferentes perspectivas. Constatou-se um avanço nas análises da profissão ante as transformações recentes operadas no Estado e na sociedade e suas derivações na cultura e na sociabilidade (2007, p. 463).

Contudo, é evidente que se faz necessário uma “[...] ‘viagem de retorno à profissão’ para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como ‘concreto pensado’” (IAMAMOTO, 2007, p. 240) rompendo com uma “[...] imagem social subalterna da profissão, [...] que vem ocupando lugar secundário na agenda recente da produção acadêmica” (IAMAMOTO, 2007, p. 244).

Capítulo 2:

Pesquisa e Serviço Social: um debate necessário

2.1- Diretrizes Curriculares de 1996: Uma concepção de pesquisa

Com o processo de Renovação do Serviço Social durante as décadas de setenta e oitenta, que culminou na construção do chamado Projeto Ético-Político da profissão, tornou-se necessário uma reformulação das diretrizes curriculares do curso. Era necessária a construção de diretrizes curriculares que tivessem um horizonte teórico-metodológico e ético-político que ultrapassasse o conservadorismo profissional presente na gênese do Serviço Social. No âmbito da formação profissional, o debate desenvolvido pela categoria neste contexto de discussão da profissão, coloca a necessidade de se discutir e avaliar o projeto de formação que orientava a formação dos profissionais.

De acordo com Iamamoto,

Pensar a formação profissional no presente é, ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social (IAMAMOTO, 2009, p. 169).

Sendo fundamental que

a formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela ‘modernização’ da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial (IAMAMOTO, 2009, p.180).

Considerando que as mudanças desenvolvidas no modo de produção capitalista “impõem que a revisão curricular esteja atenta às transformações nos padrões de acumulação capitalista – produção e gestão da força de trabalho – nas estratégias de dominação e no universo da cultura” (IAMAMOTO, 2009, p. 172), percebe-se a necessidade de construção de um projeto de formação profissional apto a formar profissionais capazes de aprender este contexto e de responder as demandas apresentadas à profissão.

Nesse processo, são colocadas as bases para o debate do projeto de Formação Profissional, processo que dá origem a aprovação do Novo Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social em 1982. Este currículo significou a afirmação de uma nova

direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional. Desse modo, tem-se a partir de uma reflexão crítica, o projeto de formação profissional de Serviço Social construído e implantado pela categoria na década de 1980, que buscava superar a visão endógena da profissão e da vida universitária, identificando as particularidades do Serviço Social.

Com compromisso acadêmico de rigor teórico, direção ético-política e prática organizativa, os pressupostos do currículo/82 foram reafirmados e acrescidos, expressando a decisão coletiva de avançar na apropriação da teoria social crítica e do método que lhe é próprio, pelo que este contém de possibilidades de aproximação ao real, para nele intervir e transformá-lo (ABESS/CEDEPSS, 1997). Apresentou a compreensão de que a realidade é dinâmica, e que devia ser compreendida a partir do movimento da história, porém era contraditório, pois na disposição das disciplinas em teoria, história e metodologia, reproduziu a compreensão da distinção entre teoria e prática.

Dessa forma, tornou-se fundamental a reformulação do currículo de 1982, que resultou nas Diretrizes Curriculares de 1996. A construção e consolidação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996 significam para os profissionais de Serviço Social, o amadurecimento em torno da *perspectiva de intenção de ruptura* que se manifesta no Serviço Social brasileiro durante o Movimento de Reconceituação.

Neste processo, a profissão efetua um corte com o conservadorismo profissional presente desde a sua gênese, quando rompe com a suposta neutralidade, passando a situar criticamente a profissão no âmbito das relações sociais, superando as discussões endógenas e limitadas da própria intervenção profissional. Sendo assim, este processo representou um momento decisivo para pensar a formação profissional comprometida com um novo projeto ético-político, manifestando a ruptura com o conservadorismo.

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996 apresentam a sistematização dos debates desenvolvidos pela categoria profissional, tendo como conteúdos: formação e trabalho profissional. E tendo como pressuposto central “a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social” (ABESS, 1997, p. 63). Estas diretrizes estão pautadas em princípios que indicam os fundamentos para uma formação profissional que expresse um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-prática voltada ao conhecimento

e transformação da realidade. Estes princípios que fundamentam a formação profissional são:

a) Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. c) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; d) Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; e) Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; f) Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; g) Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; h) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; i) Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; j) Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; k) Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABESS, 1997, p. 61-62).

Desse modo, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social delimitam o campo de formação profissional como uma formação generalista¹³ e evidenciam os componentes principais das mesmas, que são as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Estes pressupostos apontam para as diretrizes curriculares que dão sustentação a uma formação profissional que possibilite a:

¹³ A formação generalista “delinea a única solução que me parece assegurar o desenvolvimento da cultura profissional num sentido congruente com a direção social estratégica que se construiu na entrada dos anos noventa: pode assegurar a qualificação para a intervenção localizada (ação focal) à base de uma compreensão estrutural da problemática focalizada” (NETTO, 1996, p. 125). Ainda segundo o mesmo autor, “afunilar a graduação, dirigindo a formação, para especializações (...) além de abrir o flanco para a redução da formação profissional a um nível puramente técnico-operativo, acabará por alijar da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do Serviço Social na rede das concretas relações sociais; afastará a preocupação com toda a investigação que não seja “aplicada”, converterá a profissão num elenco de tecnicidades vocacionadas para a intervenção microlocalizada” (NETTO, 1996, p. 125).

a) Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; b) Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; c) Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; d) Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; e) Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABESS, 1997, p.62).

Nesse sentido, entende-se a importância de um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional. São eles: *Núcleo de fundamentação da vida social, Núcleo da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamento do trabalho profissional.*

O núcleo de fundamento teórico-metodológico da vida social visa possibilitar ao assistente social ter o domínio de um conjunto de fundamentos teórico-metodológico e ético-político necessários para o conhecimento do ser social e para a leitura da realidade na qual atua. Trata da compreensão do desenvolvimento da sociedade atual em seus aspectos econômicos, sociais, políticos, filosóficos e culturais; os fenômenos e manifestações institucionais, culturais e sua relação com o fundamento da ação profissional. O núcleo de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira visa permitir um conhecimento da sociedade brasileira, resgatando as características históricas particulares da “questão social” em nossa sociedade. E o núcleo de fundamento do trabalho profissional constitui-se dos elementos que configuram o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo na sua trajetória histórica, teórica e metodológica.

Estes núcleos propõem “uma lógica curricular inovadora que supere as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Este é, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (ABESS, 1997, p. 63-64).

A proposta curricular contida nas Diretrizes apresentou também dois elementos que representam uma ruptura com a concepção predominante nos anos 1980. O

primeiro consiste na matéria prima do exercício profissional, a “questão social”. Esta passa a ser compreendida como a base de fundamentação sócio-histórica e o objeto de intervenção do Serviço Social. Ou seja, a “perspectiva é, então, aprofundar a compreensão da ‘questão social’ como elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é ‘sua base de fundação histórico-social na realidade’, e que nesta qualidade, portanto deve constituir o eixo ordenador do currículo” (ABESS, 1997, p.20-21). Assim sendo, a formação profissional tem como finalidade capacitar e orientar os profissionais para intervir nas expressões da “questão social”.

O segundo elemento que diferencia a nova lógica curricular se refere à compreensão da prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho. A inserção do trabalho do assistente social em processos de trabalho implica no reconhecimento do assistente social como trabalhador assalariado, dotado de uma força de trabalho qualificada. Focar a ação profissional, nesta perspectiva, exige considerar as particulares condições e relações sociais historicamente estabelecidas, através das quais o trabalho do assistente social se realiza. Mais do que isso o Serviço Social passa a ser entendido como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho.

Neste sentido, as Diretrizes Curriculares de 1996 do curso de Serviço Social apresentam uma orientação clara de crítica e de ruptura com o conservadorismo profissional. Tendo como finalidade formar profissionais competentes, críticos e atualizados com o debate da “questão social”, capazes de através de uma prática investigativa, compreender e orientar sua intervenção social.

O novo currículo enfatiza a universidade como sendo “lugar de ensino, pesquisa e extensão” (ABESS, 1998, p.16), isso significa considerar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como um conjunto de ações que propiciam a transmissão e a produção de conhecimento e, ao mesmo tempo, coloca a possibilidade de se devolver à sociedade esse conhecimento produzido. Para isso, o Assistente Social deve possuir um entendimento da realidade social que o cerca, a partir de uma percepção crítica da “questão social” e das formas históricas do seu enfrentamento.

O amadurecimento teórico da profissão, também insere na revisão curricular a necessidade da pesquisa (como transversal a formação) e que se torna fundamental para

a superação do pragmatismo¹⁴ que marcou sua história, e que ainda se faz presente na contemporaneidade.

Com as Diretrizes Curriculares, é reafirmado o caráter formativo da pesquisa inerente às dimensões investigativa e interventiva da profissão e sua condição de eixo constitutivo e indissociável das atividades acadêmicas fundamentais, ou seja, a pesquisa passou a receber um tratamento não apenas específico e circunscrito a uma Disciplina, mas o caráter transversal de ser uma dimensão no campo das habilidades e competências que devem ser desenvolvidas e estimuladas no profissional em formação. Tendo presente a exigência da produção de conhecimento e o necessário exercício do pluralismo¹⁵.

A pesquisa é concebida pelas Diretrizes sob estas demarcações. Contudo, a ementa desta matéria na proposta enviada para a aprovação do CNE pela Comissão de Especialistas da área de Serviço Social – MEC; SESu, em 1999, reduz o conteúdo a:

concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social (MEC; SESu apud ABREU, 2007 p. 121).

Esse conteúdo difere da ementa contida do texto das Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social, assim formulada:

natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional (ABESS, 1997, p.71).

Assim, segundo Abreu (2007), há uma forte tendência de redução do ensino da pesquisa à disciplina e essa como conteúdo restrito à dimensão técnico-operativa. Esse reducionismo comparece também problematizado na análise do eixo pesquisa na implementação¹⁶ das diretrizes curriculares, em 2006, que destaca, dentre outras

¹⁴ “O pragmatismo consiste numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as consequências teóricas e históricas desta ação imediata” (FALEIROS apud FRAGA, 2010, p.41).

¹⁵ O pluralismo, aqui, considerado como aspecto constitutivo da natureza da vida acadêmica, portanto uma exigência do processo de formação, sob a orientação do projeto ético-político profissional que se concretiza no embate e debate entre as diferentes correntes de pensamento e da ação humana, com a prevalência e direção da Teoria Social crítica (ABREU, 2007 p. 121).

¹⁶ O debate em torno da fundamentação teórica das diretrizes Curriculares de 1996 e sua implementação nos cursos de Serviço Social, passou entre 2005-2007 por um processo de avaliação em âmbito nacional

questões: a tendência de concentração das pesquisas na pós-graduação e a possibilidade de distanciamento destas das necessidades da graduação; e a tendência de redução da pesquisa na graduação, ao ensino de disciplinas específicas, salvo as inserções de alguns alunos em iniciação científica (ABEPSS apud ABREU, 2007 p. 122), perdendo-se a perspectiva de um princípio formativo transversal a toda formação e materializado na postura investigativa indispensável ao exercício profissional.

O desafio do avanço do ensino e desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social repõe-se como condição fundamental para o desenvolvimento do Serviço Social como área de conhecimento na direção do projeto ético-político profissional.

Nota-se, portanto, a importância da produção de conhecimento no campo do Serviço Social, onde a produção científica e a investigação devem ser incentivadas na graduação. É um elemento importante que rebate na formação e no exercício profissional. No que se refere à formação ela deve abranger em sua estrutura a formação acadêmica, a capacitação continuada, a pesquisa e a prática organizativa e interventiva do assistente social. No que se refere ao exercício, só o profissional que desenvolve sua capacidade de investigação da realidade social sobre a qual incide seu trabalho profissional pode responder de maneira mais enriquecida as demandas que lhe são postas e se lhe apresentam apenas como imediato que deve necessariamente ser superado num movimento de crítica do existente. Dessa forma, a universidade tem como objetivos “estimular o pensamento reflexivo e o espírito científico; a criação cultural e sua divulgação; formação do profissional e do pesquisador aptos a participarem do desenvolvimento da sociedade brasileira” (ABESS, 1998, p.13).

2.2 – O que é pesquisa no Serviço Social?

A preocupação com a pesquisa e a produção de conhecimento em Serviço Social é recente se comparada com algumas importantes áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Apesar dessa recente preocupação, nota-se uma significativa expansão da pesquisa nos últimos anos e também um significativo avanço na sua qualidade,

sob a Coordenação de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Envolveu 105 unidades de ensino que aderiram à proposta de investigação distribuídas em todas as regiões da ABEPSS. O resultado da pesquisa foi divulgado em relatório (Cd room) e na Revista Temporalis, ano VII, n. 14. Brasília: ABEPSS, jul/dez 2007.

principalmente, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista.

A pesquisa é uma possibilidade objetiva de compreender a sociedade. Neste sentido, a pesquisa, junto com a dimensão interventiva, é afirmada como princípio formativo e como condição central da formação profissional em Serviço Social. Tendo como pressuposto a natureza eminentemente interventiva na qual se ancorava o Serviço Social, a Lei 1889/53 define os objetivos do ensino do Serviço Social, marcado ainda que se “(...) a orientação referencial metodológica [for] compatível com o nível superior do curso (...)”, a formação compreenderá o estudo de disciplinas organizadas em três eixos: eixo do conhecimento da realidade social, econômica, psicológica e ética geral e profissional; eixo da introdução e dos fundamentos do Serviço Social: métodos do Serviço Social; Serviço Social de casos, de grupo, organização social da comunidade: Serviço Social em suas especificações; família, menores, trabalho, médico; e eixo da pesquisa social (NOGUEIRA; 2010 p. 99-100).

Nessa época, o programa da disciplina de Pesquisa Social evidenciava a preocupação em subsidiar a intervenção a partir de pressupostos de pesquisa científica, contendo a ementa os seguintes itens:

(...) conceituação [da pesquisa social], sua posição em face das Ciências Sociais, relações com o Serviço Social, problemática da pesquisa, peculiaridades, condições que afetam a objetividade, condições ambientais e condições do pesquisador e do pesquisado; métodos indutivo e dedutivo, método estatístico, geográfico e sociológico, antropológico; observação em massa e participante, método comparativo e experimental (BRASIL apud NOGUEIRA, 2010, p. 100).

Observa-se que o direcionamento da disciplina estava claramente focado em uma aproximação positiva da realidade, visando obter, pelo método científico, as informações necessárias para a intervenção. A preocupação com a cientificidade se manifestava na ênfase dos procedimentos metodológicos quanto ao trato da empiria, e pouca ênfase na perspectiva analítica.

A partir da Renovação do Serviço Social, o Serviço Social ganha destaque diante da Universidade e no que se refere à produção do conhecimento, pois o aprofundamento científico foi imprescindível para a profissão, tanto para avançar nas análises sobre a sua especificidade e as demandas postas, como para assegurar maior reconhecimento no mercado de trabalho.

Diante da amplitude e da complexidade das questões que envolvem a definição de conhecimento é que o Serviço Social vê-se obrigado a refletir sobre a sua própria natureza. É então a partir do deslocamento de uma programação desenvolvida pela Associação Brasileira de Ensino no Serviço Social, nestas duas últimas décadas, principalmente nos primeiros anos de 1980, que é travado no interior do Serviço Social um debate polêmico sobre a construção do conhecimento. (SETUBAL, 1995, p. 31).

Dessa forma, o Serviço Social tem a pesquisa como forma de construir o conhecimento. “O conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade” (Luckesi apud Guerra, 2009b, p. 705). Conhecimento esse comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possíveis formas de enfrentamento das manifestações da “questão social”. Neste âmbito, podemos dizer que há níveis e graus de conhecimento: o saber prático-utilitário: advém da atitude imediata sobre o cotidiano; o saber formal-abstrato, conhecimento que advém do intelecto, “entendimento” e consegue captar as representações do real – a aparência, sua imagem, a forma. Limita-se a função de expressar, descrever a realidade tal como se apresenta empiricamente. Ambos não captam a lógica constitutiva dos fenômenos sociais, ou sua essência. E temos também a razão dialética que busca captar o movimento do objeto, sua lógica de constituição, quais fundamentos. Vai além da apreensão da imediatividade da vida cotidiana ou da aparência, se configura como mais elevado nível de conhecimento.

A pesquisa, na qual se faz necessário o “mergulho na realidade social” (IAMAMOTO, 2009, p. 55), parte sempre de um conhecimento superficial da realidade, de uma abstração. É, portanto, um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental. Para bem conhecer, é necessário um trabalho intelectual: preparo, formação, habilidades e competência. Nesse sentido, a pesquisa é consagrada como disciplina obrigatória nas grades curriculares em 1982, mas foi nas décadas de 80 e 90 que ela se fortaleceu dentro do Serviço Social devido ao esforço e luta na construção de um olhar crítico da profissão. A ABESS¹⁷ (1997), na proposta das

¹⁷ A ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) foi criada em 1946. Em 1998 passou a denominar-se ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), incorporando a dimensão de pesquisa (e não somente de ensino) em suas preocupações. O seu principal objetivo tem sido o de assegurar a direção político-pedagógica impressa nas

Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, postula como princípios da formação profissional, o estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos que devem perpassar a formação profissional e da relação teoria e realidade; recomenda a questão do caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional do assistente social. “A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social” (ABESS, 1997, p. 67). Battini refere que a atitude investigativa é a permanente busca do novo pela reconstrução de categorias teórico-metodológicas de leitura e intervenção na realidade social, pois:

Pensar os fatos, os acontecimentos, as relações exige questionar, investigar a realidade, criticá-la, tornando-a evidente pela contínua recolocação de questões, fazendo-a emergir de forma cada vez mais rica e viva, recriando-a num contínuo percurso entre a aparência e a essência, entre a parte e o todo, entre o universal e o particular, numa visão dialética (BATTINI, 1994, p. 144).

A atitude investigativa torna possível a superação da visão pragmática na ação profissional, centrada na imediatividade dos fatos, possibilita repensar criticamente e reconstruir criativamente as práticas cotidianas muitas vezes rotineiras, e burocratizadas, bem como refletir sobre as novas demandas profissionais postas pelo capital, a partir da fragmentação da questão social e de respostas focalizadas e superficiais. Nesse sentido, o assistente social precisa construir mediações para desvelar a realidade que o cerca, na perspectiva de produzir conhecimentos acerca do seu objeto de intervenção, ou seja, é necessário o

Reconhecimento do caráter investigativo do assistente social o que supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio-institucionais, para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. (...) Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABESS, 1997, p. 67).

Diretrizes Curriculares de 1996, essencial para possibilitar a formação de profissionais críticos e competentes.

Para compreender uma situação e intervir nela com competência os assistentes sociais precisam ter claro o referencial teórico que esclarece a leitura que faz da realidade (competência teórica); saber desempenhar-se com habilidade, usando instrumentais técnicos e estratégias adequadas no enfrentamento das expressões da “questão social” (competência técnica); e inscrevendo-se de modo crítico nas demandas sociais, ter consciência da repercussão da sua intervenção na defesa de um projeto de sociedade (competência política). De acordo com Battini, “a pesquisa é a base para essa competência no sentido da consolidação da mudança com a adoção da atitude investigativa na intervenção profissional cotidiana, criando maiores possibilidades de novas explicações” (1994, p. 145).

É nesse sentido que a pesquisa em Serviço Social é apresentada como uma das matérias básicas do curso, e passou a ser situada como uma das principais preocupações, pois era necessária a afirmação da profissão no espaço universitário e nas intervenções sistematizadas com instrumentais relacionados com fundamentos teórico-metodológicos que ofereçam maior proximidade entre a teoria e a prática. A pesquisa, nessa perspectiva, ao mesmo tempo em que emerge como uma possibilidade representa um desafio permanente para os profissionais que pretendem assumir uma postura crítica no processo de formação profissional.

A grade curricular do curso de Serviço Social, seguindo as diretrizes propostas pela ABESS (1997), oferta aos graduandos à disciplina de Pesquisa em Serviço Social, direcionada a estimular os discentes a apreenderem o olhar científico, construir pesquisas no âmbito do Serviço Social e a utilizar as metodologias científicas de construção do conhecimento. Esta disciplina tem como objetivo criar as condições para pensar sobre a importância do processo de pesquisa e de exercitar a construção de pesquisa nas ciências e no Serviço Social.

Assim sendo, as novas diretrizes curriculares são claras quando reivindicam a pesquisa como um componente absolutamente necessário para a formação e para a intervenção profissional do assistente social. Ou seja, a pesquisa deve se desenvolver nas universidades, articular-se com os diferentes espaços de inserção profissional e, mais do que isso, deve ser um traço central do exercício profissional do assistente social. “A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis

tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão” (Guerra, 2009b, p.702).

Segundo Yamamoto, “a pesquisa ocupa um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre ensino universitário e a realidade social e para a soldagem das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes ético-políticos” (2009, p.273). Neste sentido, afirma a autora:

Sendo o Serviço Social uma profissão - e, como tal, dotado de uma dimensão prático interventiva - supõe uma bagagem teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social, que permita vislumbrar possibilidades de interferência nos processos sociais. Para isso a apropriação do acervo teórico-metodológico legado pelas ciências sociais e humanas e pela teoria social crítica, como pressuposto para iluminar a leitura da realidade, afigura-se como requisito indispensável, mas suficiente. A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas informando a elaboração de propostas de trabalho que seja factível, isto é, capaz de impulsionar a realização das mudanças pretendidas (2009, p.273).

Assim, a pesquisa que até então não era uma realidade determinante do modo de ser e existir do Serviço Social passa a ser uma necessidade em todos os níveis de formação, ou seja, passa a ser ineliminável para o Serviço Social em todas as suas manifestações profissionais, pois ela possibilita desenvolver competências profissionais em três níveis.

No âmbito das competências teórico-metodológicas, desenvolve-se a capacidade de o assistente social compreender seu papel profissional no contexto das relações sociais, em uma perspectiva de totalidade social. No âmbito das competências políticas, permite que se apreenda a sociedade como um espaço de contradições. Do mesmo modo, permite compreender o significado social e político das demandas e respostas profissionais. E no nível das competências técnico-operativas, a pesquisa desenvolve nossa capacidade de investigar as instituições, seus usuários, as demandas profissionais, os recursos institucionais, as agências financiadoras, o orçamento.

Considerando que:

Pesquisar é exercício sistemático de indagação da realidade observada, buscando conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato, com um fim determinado e que fundamenta e instrumentaliza o profissional a desenvolver práticas comprometidas com mudanças significativas, no

contexto em que se insere e em relação à qualidade de vida do cidadão (GATTI apud BOURGUIGNON, 2007, p.49).

O Serviço Social tem a pesquisa como meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento. Nesse sentido, a pesquisa no Serviço Social é uma dimensão integrante do exercício profissional, devendo subsidiar o assistente social na formulação de propostas coerentes com o projeto que orienta os princípios ético-políticos da profissão, pois é a partir da sistematização da realidade social que o profissional tem condições de agir com mais segurança e dar possíveis respostas às necessidades oriundas da realidade social.

A pesquisa é um elemento fundamental para o Serviço Social, e para realizá-la é necessário um aprofundamento teórico-metodológico como recurso para a investigação da vida social. Segundo Konder, a perspectiva ontológica é uma entre outras referências teórico-metodológicas que o Serviço Social se apropria para investigar determinada realidade social. Ela está fundamentada no método dialético marxiano, nela “o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER apud LARA 2007, p.78).

A dialética marxiana é um método de apreensão que procura investigar a essência dos fenômenos sociais, pois acredita que o fenômeno imediato visto pelo pesquisador é apenas parte do real, só a aparência. Por isso Lukács explica que o “método dialético tende a conhecer todos os setores do ser e da consciência como um processo histórico movido por contradições [...]” (LUKÁCS apud LARA, 2007, p.79).

A realidade social, portanto, deve ser questionada, pesquisada, buscando compreendê-la para além do seu imediato, levando em conta que explicar dialeticamente é partir do reconhecimento de que a realidade é complexa, heterogênea e contraditória que não é possível conhecê-la de imediato e que é necessário através de um esforço, buscar sua compreensão na totalidade, não se esquecendo de sua configuração histórica.

Cabe ressaltar que, nem todo assistente social tem que dedicar-se sistematicamente à pesquisa. Mas, todo assistente social, no seu campo de trabalho e intervenção, deve desenvolver uma atitude investigativa: o fato de não ser um pesquisador em tempo integral não o exime quer de acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo de trabalho, quer de procurar conhecer

concretamente a realidade da sua área particular de trabalho (NETTO, 2009c, p. 693-694).

Segundo Guerra,

a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional (2009b, p. 712).

Dessa forma, cabe ao assistente social um constante investimento no processo de apreensão da realidade concreta e das mudanças sociais em movimento, para identificar novas possibilidades de intervenção profissional, por meio de qualificação continuada para desenvolvimento de novas competências e habilidades para atender as novas demandas postas à profissão. Isto significa assumir o pressuposto da ação investigativa como novas possibilidades de intervenção, na medida em que desvela o contraditório e produz as condições necessárias para o enfrentamento e superação das expressões da “questão social” que se apresentam cotidianamente. É a atitude investigativa que permite revelar a essência do problema e pensar o novo.

Capítulo 3:
A pesquisa no curso de Serviço Social da UNB

3.1 – O Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico¹⁸ do curso de Serviço Social da UNB representa uma síntese final das propostas para um novo currículo do Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade de Brasília, elaborada pelos professores do Departamento de Serviço Social atendendo às orientações da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social – ABEPSS.

Ao analisar o documento de revisão curricular do curso de graduação em Serviço Social da UNB, observamos que o perfil profissional almejado por esse documento direciona para a formação de um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (Revisão Curricular do curso de Graduação em Serviço Social da UNB, 2001).

De acordo com este documento, a orientação da proposta de revisão curricular se direciona para maior articulação e flexibilidade da estrutura curricular, organizando-se em quatro dimensões: pesquisa, profissionalização, política social, e ciências sociais. Nesta proposta, o estudo da política social e das políticas sociais tem um caráter profissionalizante, vinculado à prática e à pesquisa, não devendo perder, contudo, seu caráter mais abrangente, e incluindo a legislação específica. A necessária ênfase nas políticas sociais no currículo preserva um eixo de formação que privilegia o estudo destas políticas em disciplinas obrigatórias e obrigatórias seletivas. Sendo estas: Política Social, Seguridade Social 1 – Assistência e Previdência Social, Seguridade Social 1 – Proteção Social, Seguridade Social 2 – Saúde; Infância, Adolescência e Cidadania, Política de Trabalho, Política Habitacional, Política de Educação e Instituições Práticas Sociais, Tópicos Especiais em Serviço Social. Esse dado revela que o foco privilegiado

¹⁸ Atualmente, o Projeto Pedagógico da UnB está passando por um processo de revisão, com a criação do curso de Serviço Social no noturno e está sendo implementado um novo projeto para o curso do diurno.

da formação em Serviço Social é as políticas sociais tanto nas disciplinas obrigatórias como nas seletivas.

Ainda de acordo com essa proposta, o educar pela pesquisa constitui a orientação pedagógica básica do processo de formação profissional considerando a necessária articulação entre pesquisa e intervenção, o educativo e o político e igualmente a teoria e a prática. Assim, identificamos que essa concepção de pesquisa é a mesma que abordamos durante todo esse trabalho, ou seja, a pesquisa é voltada a construção da dimensão investigativa do profissional em formação. Isto implica conhecer a realidade e intervir sobre ela. Desta forma, a pesquisa torna-se a atividade cotidiana e é neste ambiente que o aluno deve ser envolvido. Portanto, organiza-se um eixo de estudos que inclui no currículo disciplinas que privilegiem a epistemologia e a investigação relacionadas às áreas de interesse do Serviço Social. Sendo estas: Fundamentos de Metodologia da Pesquisa Social (criação); Pesquisa em Serviço Social 1 e 2, Prática de Pesquisa Social 1, 2, 3 e 4; Tópicos Especiais em Pesquisa Social e Serviço Social; Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e Trabalho de Conclusão de Curso.

Destacamos ainda as disciplinas que se agregam pelos eixos *fundamentação da vida social e, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* e que são oferecidas pelo Departamento de Serviço Social e outros Departamentos: Movimentos Sociais, Sociologia; Teoria Política; Economia Política e Capitalismo; Filosofia; Psicologia; Antropologia; Formação Sócio-Histórica do Brasil; Direito e Legislação Social; Desenvolvimento Capitalista e Questão Social; Trabalho e Sociabilidade, Oficina de Teoria Social 03.

Dessa forma, percebemos que as disciplinas obrigatórias e seletivas exigidas para a formação em Serviço Social estão divididas entre os Departamentos de Sociologia, Economia, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM), e Serviço Social. Sendo que o Serviço Social oferta 45 disciplinas. Destas 45, somente 13 são disciplinas de Serviço Social, ou seja, são as únicas disciplinas que tratam do Serviço Social tanto na dimensão do exercício profissional como da formação profissional. São elas:

- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 1
- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 2
- Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social 3

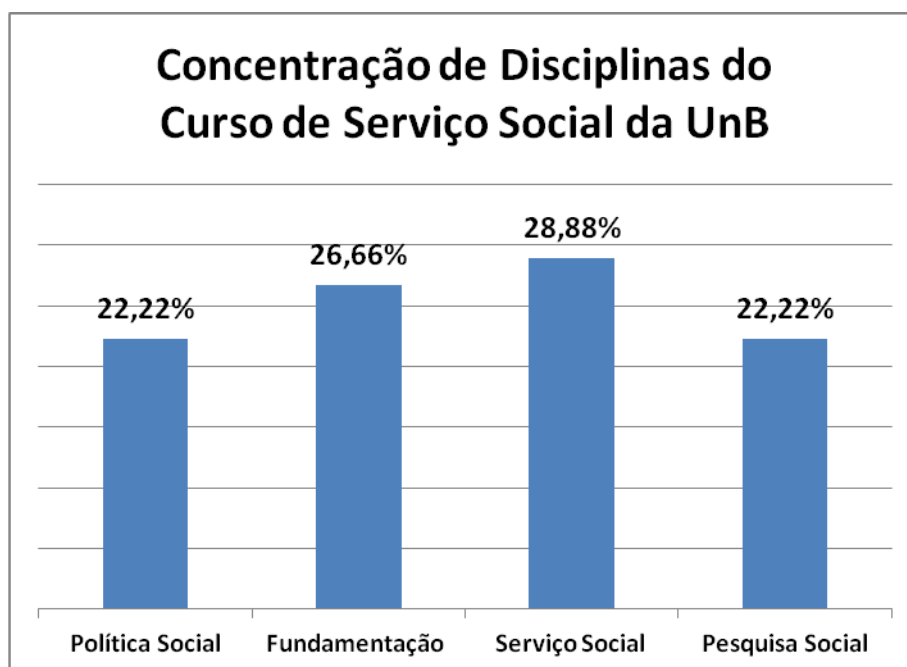
- Questão Social e Serviço Social
- Introdução ao Serviço Social
- Processo de Trabalho e Serviço Social 1
- Processo de Trabalho e Serviço Social 2
- Planejamento e Administração em Serviço Social
- Fundamentos Éticos e Ética Profissional
- Estágio Supervisionado em Serviço Social 1
- Estágio Supervisionado em Serviço Social 2
- Relações Gênero Ser Social
- Tópicos Especiais em Serviço Social

É importante ressaltar que as outras disciplinas ofertadas pelo Serviço Social também são fundamentais para a formação profissional, porém elas abordam os fundamentos mais gerais do Serviço Social.

Ainda de acordo com o Projeto Pedagógico, as disciplinas de Estágio Supervisionado I e II e Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidas ao longo da estrutura curricular e a partir do desdobramento das matérias e de seus componentes curriculares. O Estágio Supervisionado ¹⁹é uma atividade curricular obrigatória e tem como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993) e está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social. O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar tendo como carga horária mínima entre 15 a 20% do total do Currículo Mínimo. Já a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção de diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendida como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e é avaliado por banca examinadora.

¹⁹ Cabe ressaltar que o estágio supervisionado também tem como referência a Lei de Regulamentação de Estágio e as resoluções do CFESS.

Gráfico 01: Concentração de Disciplinas do Curso de Serviço Social da UnB



Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB, 2011.

Sendo assim, conforme verificamos no gráfico acima aparentemente tomado os 28,88% que se referem às Disciplinas de Serviço Social poderíamos considerar uma formatação curricular que privilegia o debate do Serviço Social. Contudo, quando somamos as disciplinas de Política Social e Pesquisa Social obtemos um total de 44,44% ou seja, quase a metade das disciplinas ofertadas no curso. Quando agregamos a este dado as disciplinas que referenciamos como de fundamentação temos 71,1%. Queremos, pois deixar claro que não se trata aqui de desconsiderar a importância das disciplinas de fundamentação, que como vimos discutindo ao longo desse trabalho, contribuem para formação desse perfil de aluno crítico que é primado na formação em Serviço Social, nem muito menos desconsiderar a importância do debate da Política Social e da própria pesquisa, mas trata mesmo de afirmar que o Curso de Serviço Social da UnB oferece apenas o mínimo necessário das disciplinas de Serviço Social, e, que as Diretrizes Curriculares de 1996 valorizam na possibilidade da diversidade para a transformação desse conteúdo em disciplinas. Cabe destacar, que como vamos abordar a seguir ainda temos outras problematizações com relação ao direcionamento dado pelas disciplinas o que também deve ser considerado no momento de análise da formação oferecida aos discentes.

Outro elemento que é importante ser destacado se refere às disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social 1, 2 e 3. Estas são

as disciplinas nucleares que articulam a lógica curricular. No entanto, observamos que ao mesmo tempo em que há uma formação centrada em Política Social e Pesquisa, em estudo recente²⁰ realizado por Macêdo e Sousa (2011), a análise dos Planos e Programas dessas disciplinas revela uma bibliografia pertinente ao universo das disciplinas, mas com um foco muito centrado na história.

Em outros termos, a bibliografia aponta para uma preocupação dos professores das disciplinas com relação a historicização. Sendo assim, as autoras verificaram pouca ênfase “nas influências e matrizes do pensamento social” (ABESS, p. 70) que exerce forte influência na trajetória teórico-prática da profissão. Sendo assim, Macêdo e Sousa (2011) verificaram que o dado levantado na análise do ementário e das disciplinas se reflete na própria percepção do aluno que destaca estas ênfases na historicidade nas disciplinas de Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos, ou seja, além de não comparecer na bibliografia as influências teóricas, a discussão metodológica das respostas profissionais em cada momento histórico não ficam claras para os próprios alunos, o que os leva assim a ter uma percepção da disciplina apenas como o estudo da história, tal como era feito no currículo de 1982 nas disciplinas separadas em que se tratavam a história, a teoria e a metodologia do Serviço Social. É exatamente por essa percepção do Serviço Social na história que essa pesquisa revela que essas disciplinas não garantem ao aluno interesse pelo Serviço Social.

3.2 – O debate da pesquisa nas disciplinas

O debate da pesquisa nas disciplinas do curso de Serviço Social da UNB é extremamente importante para realizarmos um mapeamento crítico, buscando dessa forma, localizar o porquê da ausência do tema Serviço Social na produção discente na UNB. Considerando que com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996, a pesquisa passou a receber um tratamento não apenas específico e circunscrito a uma Disciplina, mas o caráter transversal de ser uma dimensão no campo das

²⁰ Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Serviço Social e formação profissional: uma análise do debate teórico presente no Curso de Serviço Social da UNB”. Este estudo teve como foco de análise as particularidades presentes na formação profissional em Serviço Social da UNB. O universo dessa pesquisa teve como marco temporal o segundo semestre do ano letivo de 2010, e, foi feita uma análise qualitativa que esteve dividida em duas etapas: a primeira de caráter Documental analisou o ementário, os Planos e Programas das Disciplinas Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos I, II, III, Processos de Trabalho I e II e Pesquisa em Serviço Social I e II. Segundo Macêdo e Sousa (2011), a eleição dessas disciplinas deve-se ao fato de que são por excelência disciplinas que discutem o Serviço Social, ou instrumentalizam o aluno para o desenvolvimento da ação profissional como é o caso da Disciplina de Pesquisa Social em Serviço Social. A segunda de caráter mais qualitativa voltou-se aos discentes que já haviam concluído as disciplinas anteriormente mencionadas no período 2010/02.

habilidades e competências que devem ser desenvolvidas e estimuladas no profissional em formação. E avaliando que o novo currículo tem como finalidade formar profissionais competentes, críticos e atualizados com o debate da “questão social”, capazes de através de uma prática investigativa, compreender e orientar sua intervenção social verificamos a necessidade de problematizar qual o entendimento de pesquisa que os discentes de Serviço Social da UNB possuem.

Sendo assim, para analisarmos o debate da pesquisa nas disciplinas utilizaremos como base o estudo realizado por Macêdo e Sousa (2011) intitulado “Serviço Social e formação profissional: uma análise do debate teórico presente no Curso de Serviço Social da UNB”. Como o foco de nossa análise é a pesquisa nas disciplinas, nos debruçaremos apenas no estudo que elas fizeram das Disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II.

Ao analisar as Disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II²¹, as autoras verificaram que apesar do ementário destacar a importância da pesquisa no processo de intervenção profissional, seja como aprendizado de métodos e técnicas de pesquisa e seja como desenvolvimento de dimensão investigativa, a bibliografia arrolada nas disciplinas está exclusivamente centrada na dimensão metodológica, no “como fazer”, ou seja, as etapas para a construção de um projeto de pesquisa. As autoras destacam, porém que em Pesquisa em Serviço Social II a disciplina fornece na primeira unidade uma discussão mais ampla sobre a pesquisa e as ciências sociais, mesmo assim encontra-se ausente “a investigação como dimensão constitutiva do trabalho profissional e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional” (ABESS, 1997 p. 71).

Em outras palavras, segundo as autoras, “está ausente um entendimento de pesquisa como fundamental e constituinte para a profissão”, (Macêdo e Sousa, 2011) pois é através dela que podemos ultrapassar os limites cotidianos de atendimentos imediatos e superficiais, isso influi não só no atendimento com o usuário, mas também nas relações com a realidade que cerca o profissional, seja com as instituições empregadoras, Estado, sociedade acadêmica, entre outros. É através da pesquisa que podemos fundamentar a prática com o que já foi produzido teoricamente, o profissional

²¹ Com o processo de revisão curricular ocorrido em 2009/2, as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II passam a se chamar Pesquisa Social I e II, ocorrendo também uma mudança de ementário.

passa a ter uma visão panorâmica e detalhada do objeto de intervenção, da realidade na qual ele intervém e legitima sua ação, isso além de garantir “o estatuto de maioria intelectual para a profissão” (Guerra, 2009b, p.702).

As autoras verificaram também, que apesar de na aplicação dos questionários somente três pessoas responderem negativamente ao serem questionadas se a disciplina ministrou conteúdos referentes à pesquisa em Serviço Social, o fato pode ser facilmente percebido quando nos deparamos com o plano/programa da disciplina, onde não consta sequer uma bibliografia relativa à pesquisa dentro da profissão.

Ao analisar as respostas dos questionários aplicados nas Disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II, as autoras destacaram elementos que precisam ser problematizados no universo da formação. A primeira questão que as autoras chamam atenção refere-se ao entendimento dos alunos da importância da pesquisa para a formação profissional. Quando perguntados acerca disso as autoras obtiveram as seguintes respostas:

“Por proporcionar conhecimento sobre normas bibliográficas, metodologia de pesquisa” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social I).

“Pois orienta passo a passo como se deve desenvolver uma pesquisa acadêmica. Colaborando inclusive, para o TCC”. (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social I).

“É extremamente necessário, pois me ensinou os passos e metodologias para fazer uma pesquisa científica, principalmente para me auxiliar na monografia” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social I).

“Porque vou precisar para fazer o TCC” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social I).

“Porque deu base para fazer o PTCC e também para as investigações futuras em alguma sistematização da prática que farei na intervenção” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social II).

Apenas um aluno de Pesquisa em Serviço Social I destacou a pesquisa no entendimento da necessária dimensão investigativa que é um eixo transversal às diretrizes curriculares:

“Porque é uma forma de desenvolver de forma mais direta uma capacidade crítica e analítica de alguns fenômenos” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social I).

No caso de Pesquisa em Serviço Social II, as autoras verificaram que os alunos destacaram mais a dimensão investigativa da pesquisa em Serviço Social:

“Porque foi através de pesquisa 02 que pude compreender a sua importância para o serviço social e também as dificuldades em fazer uma pesquisa” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social II).

“Subsidia um melhor aprimoramento na investigação da realidade social” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social II).

“Porque pesquisa é um modo de se apreender melhor determinada realidade. Como, nosso trabalho também pressupõe intervenção é necessário uma visão melhor do que se propõe modificar” (Discente do Diurno de Pesquisa em Serviço Social II).

Segundo as autoras, esta realidade se mantém quando os discentes são perguntados quanto ao fato da Disciplina de Pesquisa em Serviço Social ter ministrado conteúdos referentes ao Serviço Social. Em Pesquisa em Serviço Social I os alunos responderam que:

“Poucas coisas” (Discente do Diurno).

“Abordou mais métodos de pesquisa, estes não estando diretamente ligados ao serviço social” (Discente do Diurno).

“Acredito que a disciplina colaborou para a realização de pesquisa no seu sentido mais amplo, ou seja, a pesquisa qualitativa” (Discente do Diurno).

“As ministrações foram feitas sobre a pesquisa de um modo geral. O que não nos torna restritos somente a isso, mas para um todo” (Discente do Diurno).

Ainda segundo as autoras, este mesmo grupo de alunos avalia que seria importante a abordagem do Serviço Social na Disciplina de Pesquisa em Serviço Social I, quando declaram:

“Na maioria do que é abordado sobre Serviço Social na teoria, encontramos pontos onde o Serviço Social atua não ele em si. A produção bibliográfica é esvaziada por inserir o debate do Serviço Social de modo secundário” (Discente do Diurno).

“Se fosse somente (aplicada) para estudantes de serviço social. Neste caso ficaria de forma muito restringida. Acredito que a pesquisa em si deve ser mais ampliada” (Discente do Diurno).

Em Pesquisa em Serviço Social II, as autoras verificaram um paradoxo apesar, de como destacaram anteriormente, os alunos declararem que houve um foco no Serviço Social, quando perguntados se a disciplina ministrada ofereceu conteúdos referentes ao Serviço Social, as respostas foram:

“Quando teve aula, abordou um pouco, mas não aprendi nada” (Discente do Diurno).

“Um pouco” (Discente do Diurno).

“Porque estava no programa” (Discente do Diurno).

“Porque fazia parte da ementa” (Discente do Diurno).

“Embora muitos textos tenham sido repetitivos e teóricos, tivemos também textos com relação à pesquisa. Podiam ter sido mais prática na literatura, mas teve a ver com pesquisa” (Discente do Diurno).

“Não digo não na totalidade, mas a disciplina é mais voltada para pesquisa em ciências sociais” (Discente do Diurno).

E no que se refere ao desenvolvimento do senso investigativo, as autoras verificaram que os alunos relataram que a Disciplina Pesquisa em Serviço Social I e II contribuíram pouco por que:

“Em conciliação com outras disciplinas, sim. Somente a pesquisa em si, não. Pois esta é ministrada de modo muito pontual, focada na metodologia de pesquisa em geral, chega a ser maçante” (Discente de Diurno da Disciplina de Pesquisa em Serviço Social I).

“Faltou embasamento teórico” (Discente de Diurno da Disciplina de Pesquisa em Serviço Social II).

“Não teve aula direito. Faltou abordar conteúdo” (Discente de Diurno da Disciplina de Pesquisa em Serviço Social II).

“Acho que em termos de produção de conteúdo, a partir de estudos e reflexões, talvez tenha contribuído” (Discente de Diurno da Disciplina de Pesquisa em Serviço Social II).

“Apesar de ter contribuído em muitos aspectos, não creio que o desenvolvimento da capacidade investigativa seja um deles.

Considero que faltou elementos que contribuíssem para esse desenvolvimento” (Discente de Diurno da Disciplina de Pesquisa em Serviço Social II).

Dessa forma, as autoras verificaram que é preciso avançar significativamente na formação da dimensão investigativa que é um elemento central das diretrizes Curriculares de 1996. É claro que esta dimensão não está circunscrita apenas ao universo das disciplinas de pesquisa, ela deve ser transversal, mas o que as autoras verificaram é que mesmo nestas disciplinas específicas duas questões se colocam. As Disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I e II tem um foco muito forte na metodologia de pesquisa e na elaboração de projetos e no que se refere a esta dimensão investigativa elas não vêm contribuindo para “a investigação como uma dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre os processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional” (ABESS, 1997, p. 71).

Com base no exposto agora e no que foi destacado no item anterior onde identificamos uma grande concentração em disciplinas de pesquisas, percebemos que o foco da pesquisa está mais voltado na metodologia da pesquisa, no “como fazer”. Como se o simples fato de o profissional dominar a técnica garantisse a competência teórica. Isso leva a um resgate do tecnicismo que se alimenta da frase “na prática, a teoria é outra”, pois considera que o arsenal de técnicas dá conta da realidade, ou seja, considera a teoria descolada do real, onde a técnica supre a necessidade de conhecer o real. Isso impacta novamente ao que está posto nas diretrizes, a pesquisa como elemento potencializador de constituição da dimensão investigativa.

Considerando que pesquisa pode ser a ação do profissional voltada para a compreensão da realidade dado por meio de instrumentos que se interpõem na realização da mesma, e que a dimensão investigativa é a própria constituição de um perfil profissional necessariamente crítico diante da realidade social, ou seja, é a atitude investigativa que permite revelar a essência do problema e pensar o novo, é necessário colocar para o alunado que a dimensão investigativa deve perpassar de forma essencial os diferentes estágios da formação profissional. Nesse sentido a pesquisa torna-se uma perspectiva formativa e não apenas um conteúdo curricular, necessitando ser demarcada como postura indispensável ao longo do processo de formação e do exercício profissional.

3.3 – Os grupos/núcleos de pesquisa e sua relação com a pesquisa no curso de Serviço Social da UNB

Ao considerar o papel que a graduação tem para a formação e qualificação dos jovens para o investimento na pesquisa, dentre outras ações a mais importante são os Programas de Iniciação Científica, contribuindo para iniciar o aluno no processo de pesquisa e instigando a formação de novos e futuros quadros de docentes e de pesquisadores. Por outro lado, considerando que os grupos/núcleos de pesquisa vêm incorporando pesquisadores docentes, pós-graduados e de iniciação científica, percebemos a importância que os grupos/núcleos de pesquisa têm para a produção de conhecimento e sua estreita relação com a pesquisa.

Com base nisso, verificamos a necessidade de destacar os grupos/núcleos de pesquisa dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social existentes não só no curso de Serviço Social da UNB, como também de toda região centro-oeste, a partir de levantamento feito pela ABEPSS Regional Centro-Oeste, pois verificamos que a UNB está inserida numa particularidade que a explica e a reflete. Ou seja, é uma realidade da região a concentração de grupos/núcleos focados em sua maioria na área de política social, conferir Anexo 01.

Ao mesmo tempo, associado a este dado temos também que considerar o perfil dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social na região centro-oeste, partimos do pressuposto que as áreas de concentração e suas respectivas linhas de pesquisa orientam a definição das disciplinas e demais atividades curriculares; as temáticas geradoras de projetos de pesquisa dos docentes e pesquisadores e os projetos de dissertação e tese dos alunos. Sendo assim, o quadro abaixo nos permite visualizar o conjunto das áreas de concentração e das linhas de pesquisa que compõem a Pós-Graduação em Serviço Social na região centro-oeste, o que significa a identificação de eixos temáticos privilegiados pelo Serviço Social brasileiro.

Quadro 04: Distribuição das Áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social na Região Centro-Oeste

Programa	Área de Concentração	Linhas de Pesquisa
Política Social/UNB	Estado, Política Social e Cidadania.	- Movimentos Sociais e Cidadania; - Questão Social, Instituições e Serviços Sociais; - Trabalho e Relações Sociais
Serviço Social/PUC-	Serviço Social, Política Social e	- Teoria Social e Serviço Social;

Goiás	Movimentos Sociais	- Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania.
Política Social/UFMT	Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais.	- Política Social, Estado, Direitos e Movimentos Sociais; - Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Fonte: Relatório do Seminário de Pós-Graduação realizado pela Regional Centro-Oeste da ABEPSS em 2011.

Com base no quadro acima, evidenciamos as tendências de constituição, organização e fortalecimento de grupos e núcleos de pesquisa da região centro-oeste, o que nos revelou que a centralidade dos núcleos da região não só da UNB, concentra a maior parte de seu estudo em Política Social e não no Serviço Social.

Esse dado verificado na nossa pesquisa reflete uma tendência vigente no debate do Serviço Social contemporâneo como demonstra a análise de Iamamoto que destacou que os eixos temáticos da área de Serviço Social tanto no que se refere às linhas de pesquisas dos programas de Pós-graduação como dos projetos de pesquisa concluídos e em andamento a maior concentração se dá para o eixo de Políticas Sociais: Estado e sociedade civil com 41% para apenas 8% do eixo temático referente a formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão (Iamamoto, 2007, p.458), ou seja, voltar-se mais para as políticas sociais e menos para os sujeitos com quem se trabalha. Essa tendência predominante em nossa produção se explica por ser um terreno em que se inscreve a atuação da maioria dos assistentes sociais em respostas às expressões das desigualdades sociais, condensadas nas múltiplas expressões da “questão social” e lócus onde ocorre a efetivação de direitos sociais.

Contudo, percebemos que na UNB, os discentes inseridos nos grupos/núcleos de pesquisa que discutem Política Social possuem uma análise crítica que articula o desenvolvimento da política social a questão econômica, porém não fazem uma articulação dessa produção com o Serviço Social. Sendo assim, consideramos necessário realizar essa articulação, pois sem essa ela, ao invés de termos profissionais formados em Serviço Social, teríamos qualificados gestores de políticas sociais.

3.4 – Por que não Serviço Social? Uma análise da situação da pesquisa discente no curso de Serviço Social da UNB na atualidade

A partir do estudo realizado por Sousa e Sousa (2011) intitulado “Formação Profissional: uma análise dos debates discentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da UnB”, que revelou que a maioria dos alunos do curso de Serviço Social da UNB não escolhe o Serviço Social como tema de pesquisa, buscamos refletir por que para os discentes em fase de elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC) e TCC não tem no tema Serviço Social o seu interesse de pesquisa. Até o momento já apresentamos três elementos centrais que contribuem para tal: o projeto pedagógico do curso, os núcleos/grupos de pesquisa e programas de pós-graduação da região centrados na política social como área central.

Cabe-nos agora analisar a partir dos questionários aplicados juntos aos discentes das Disciplinas de PTCC e TCC os principais interesses como temas de pesquisa. Em um primeiro momento, uma classificação dos PTCC e TCC por áreas temáticas, nos possibilitou uma visão de totalidade da produção discente. Para isso, foi utilizado o tema do seu PTCC/ TCC.

Quadro 05: Projetos de Trabalhos de Conclusão de Curso desenvolvidos no período 2012/1 na graduação em Serviço Social na UNB segundo área temática

Área Temática	Nº	%
Gênero	03	21,42
Exercício Profissional	02	14,28
Saúde	02	14,28
Precarização do Trabalho e Serviço Social	01	7,14
Meio Ambiente	01	7,14
Ações Afirmativas	01	7,14
Estado e Sociedade Civil	01	7,14
Formação Profissional	01	7,14
Idoso	01	7,14
Crianças e Adolescentes	01	7,14
Total	14	100

Fonte: Discentes em face de elaboração de seus Projetos de Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Serviço Social da UNB no período 2012/1.

Quadro 06: Trabalhos de Conclusão de Curso desenvolvidos no período de 2011/2 a 2012/1 na graduação em Serviço Social na UNB segundo área temática

Área Temática	Nº	%
Exercício Profissional	07	29,16
Gênero	03	12,7
Crianças e Adolescentes	02	8,33
Serviço Social e Saúde	01	4,16
Movimento LGBT	01	4,16
Conselho Nacional de Assistência Social	01	4,16
Política Estudantil/Universidade	01	4,16
Voluntariado	01	4,16
Conselho de Saúde	01	4,16
Violência Doméstica	01	4,16
Idoso	01	4,16
Formação Profissional	01	4,16
Justiça Comunitária	01	4,16
Saúde	01	4,16
Estado e Neoliberalismo	01	4,16
Total	24	100

Fonte: Discentes em face de elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Serviço Social da UNB no período de 2011/2 a 2012/1.

Os quadros apresentados acima demonstram que a temática Exercício Profissional é estudada apenas por 09 discentes em face de elaboração de seus PTCC/TCC, o que representa 23,68% do total dos PTCCs/TCCs elaborados no período de 2011/2 a 2012/1. Esse dado ganha destaque para a nossa análise quando vemos o percentual dos outros temas: 15,78% em relação a gênero; 7,89% em relação a saúde e 7,89% em relação a criança e adolescente. Em relação à Formação Profissional, apenas 02 discentes apresentam essa temática como objeto de pesquisa, o que representa 5,26% dos trabalhos. Em estudo recente²², Sousa e Sousa (2011) verificaram que de 1995 até

²² Pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Formação Profissional: uma análise dos debates dos discentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da UNB*. Essa pesquisa objetivou analisar como se dão o debate e análise dos discentes na elaboração dos seus Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília. Assim, problematizou-se como e se a produção final dos discentes (TCC) reflete ou não a direção social posta para a formação profissional em

2010 a produção discente está concentrada nas áreas temáticas da Saúde (o que significa um total de 114 TCCs), Criança e Adolescente (o que significa um total de 87 TCCs), Política de Assistência Social (o que significa um total de 47 TCCs) e Gênero (o que significa um total de 31 TCCs).

As autoras identificaram também que os alunos do Curso de Serviço Social da UnB em sua quase maioria não escolhem como tema de pesquisa, para elaboração dos seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), o Serviço Social nem na dimensão da formação profissional, nem mesmo na dimensão do exercício profissional. Dos 65 TCCs (1995-2010) analisados por elas apenas 12 abordaram o Serviço Social na dimensão da formação e do exercício profissional (Sousa e Sousa, 2011). Cabendo destacar, que desde 1998 já está implementada as Diretrizes Curriculares no curso de Serviço Social da UnB, o que mostra o peso do projeto pedagógico do curso nessa relação, conforme destacamos no item 3.1. Dessa forma, nos debruçamos em problematizar por que os alunos em fase de elaboração de projeto/ trabalho de conclusão de curso não escolhem o Serviço Social como objeto de suas pesquisas, tendo como base os questionários aplicados junto a esses discentes.

Sendo assim, verificamos que quando questionados como se interessaram pelo tema, um dado que chama atenção é o fato de que 21 discentes, ou seja, 55,26%, dizem que foi devido à experiência de Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social. Esse dado é evidenciado no quadro abaixo:

Quadro 07: Temáticas abordadas pelos discentes de Serviço Social na elaboração de seus Projetos/Trabalhos de Conclusão de Curso e o interesse pela temática

Tema de Pesquisa	Como você se interessou por esse tema
------------------	---------------------------------------

Serviço Social. Essa pesquisa realizou o levantamento e classificação dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes de Serviço Social do período de 1990 até os anos 2000. Este marco temporal foi definido por se tratar do período de discussão e implementação nos Cursos de Serviço Social de todo o Brasil das Diretrizes Curriculares de 1996. Especialmente no caso do curso de Serviço Social da UnB, desde 1998 já se efetivava um processo de discussão das novas diretrizes que veio a se consubstanciar no novo projeto pedagógico nos anos 2000. Depois do levantamento dos TCCs realizou-se a análise da produção discente e do referencial teórico presente na mesma. A pesquisa, também desenvolveu uma revisão bibliográfica centrada na produção teórica consolidada na profissão, e nas pesquisas já realizadas sobre formação profissional em Serviço Social que foi fundamental para análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Essa pesquisa realizou o levantamento e classificação por área temática dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes do Curso de Serviço Social entre os anos 1995 até 2010. Este primeiro momento constituiu numa listagem por ano/área temática que serviu para que se pudesse ter uma visão de totalidade da produção discente o que em termos quantitativos se refere a um total de 494 trabalhos analisados. No segundo momento realizou-se a análise teórica em cima de uma amostra de 13% desse total geral e que se refere a 65 trabalhos, que foram divididos e analisados a partir das áreas temáticas de maior concentração da pesquisa dos discentes do curso.

Terceirização e Serviço Social	O interesse veio do estágio supervisionado através do projeto de intervenção com terceirizados com deficiência. O estágio foi de 1 ano no STF.
Sociedade civil: as reconfigurações do seu papel sociopolítico na contemporaneidade	Esse tema surgiu a partir das experiências vividas no meu campo de estágio e interesse em entender o significado e contribuições da sociedade civil no processo de consolidação de direitos. A minha experiência de estágio ocorreu no Fórum Nacional dos direitos da criança e do adolescente.
Idosos na comunidade	Através do estágio realizado no Núcleo regional de Atenção Domiciliar do Hospital regional de Ceilândia e de leituras realizadas ao longo da graduação, bem como experiências pessoais.
Violência Infantil	Eu me interessei por esse tema devido à experiências de atendimento desses casos no período do estágio curricular. A minha experiência de estágio foi na área da saúde, realizado no Hospital Regional da Ceilândia.
Saúde pública	Através do Estágio e disciplina Seguridade Saúde. O estágio foi na área da saúde, no Adolescentro.
A transferência dos serviços de saúde públicos para as organizações sociais	Me interessei pelo tema no meu campo de estágio quando fui visitar o Hospital da Criança e vi que existia o convênio entre a Abrace e o GDF. Minha experiência de estágio foi na área da Saúde na Fundação Hemocentro de Brasília.
O trabalho interdisciplinar do assistente social no Serviço de Atendimento à Família com Ação Civil- SERAF do Tribunal de justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT, nas ações de guarda e responsabilidade	Através da experiência de estágio de quase 2 anos no SERAF, me despertou o interesse em pesquisar um pouco mais do trabalho realizado por assistentes sociais e psicólogos no serviço. Acredito que a experiência irá facilitar o entendimento sobre o tema.
Perfil das mulheres vítimas de violência na cidade de Santa Maria- Distrito Federal	Pois este tema está vinculado ao meu atual campo de estágio no Setor de Perícia Psicossocial – SETPS – Ministério do Distrito Federal e Territórios- MPDFT.
Programa justiça comunitária: acesso à	Através do estágio curricular II e interesse em

justiça aos moradores de Ceilândia?	desenvolver uma discussão sobre a desresponsabilização do Estado sobre a “questão social”. O estágio II foi no Programa Justiça Comunitária.
Instrumentalidade e Serviço Social, com ênfase na prática profissional dos assistentes sociais do judiciário.	Inicialmente por ter acesso a diversos instrumentos e técnicas durante o período de estágio e, sobretudo, porque a academia não direciona um olhar significativo à dimensão técnico-operativa, o que pode ser constatado pelas poucas publicações sobre o tema. O meu estágio foi no Setor judiciário. Foi por dois anos realizado na Seção de Fiscalização, Orientação e Acompanhamento de Entidades (SEFAE) da 1ª Vara da Infância e Juventude (VIJ) do TJDF.
A negligência contra crianças e adolescentes nos estudos realizados pela Seção de Atendimento à Situação de Riscos em 2010, na 1ª VIJ (Vara da Infância e Juventude).	Pelo estágio realizado na VIJ, na área da infância e adolescência (SEASIR).
Projeto Ético-Político: limites e possibilidades do trabalho do assistente social no HUB.	Devido ao campo de estágio realizado na saúde: Hospital Universitário de Brasília.
A “solidariedade” neoliberal e o Estado brasileiro pós-1990: Um estudo do Programa Mesa Brasil do SESC/Distrito Federal.	O interesse pelo tema do “terceiro setor” surgiu a partir da experiência de estágio realizado no Programa Mesa Brasil do SESC/DF e o interesse pela temática da solidariedade surgiu a partir da inserção pessoal em movimentos religiosos.
A heteronormatividade em dispositivos visuais.	Sempre gostei e participei de discussões de gênero e fiz meu estágio supervisionado na área de deficiência, por isso quis mesclar as temáticas. O estágio foi na área da assistência – Programa de Apoio às pessoas com necessidades especiais.
Violência contra o idoso: O papel do assistente social no atendimento de idosos vítimas de violência no HRPa.	Durante o estágio notei que muito se estudava sobre violência contra criança/adolescente e mulher, mas muito pouco se falava sobre a violência contra o idoso, e principalmente, o papel do A.S nesse processo. O estágio foi no Programa de Atendimento à Vítima de violência localizado dentro do Hospital Regional do Paranoá-HRPa.
Desigualdade de gênero e as implicações na vida da mulher cuidadora de seus familiares usuários(as) de substâncias psicoativas em tratamento no SEAD/HUB (Serviço de Estudo e Atenção aos (as) usuários(as) de	A temática da responsabilidade do cuidado com familiares usuários(as) de drogas atribuída às mulheres (majoritariamente) chamou a minha atenção em relação à desigualdade de gênero na sociedade contemporânea. O interesse por esse tema se deu pela oportunidade

substâncias psicoativas do Hospital Universitário de Brasília.	enquanto estagiária de Serviço Social de participar do grupo de família do SEAD/HUB, onde há predominância de mulheres. O estágio foi no Serviço de Estudo e Atenção aos/as usuários/as de substâncias psicoativas do Hospital Universitário de Brasília.
O trabalho do assistente social no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF).	Em função de uma pesquisa na FS e meu campo de estágio. O estágio foi na Saúde; NASF no Hospital do Paranoá, Centro de Saúde.
O voluntariado no Hospital de Apoio de Brasília: O processo de refilantropização e privatização na saúde.	Por causa da experiência do meu estágio na área da saúde e na instituição Hospital de Apoio de Brasília.
Desafio que a pessoa idosa encontra na proteção da sua saúde.	Por meio do meu projeto de Estágio , onde tive um contato maior com o grupo idoso. O estágio foi em um centro de saúde, na atenção primária.
Maus tratos contra crianças e adolescentes.	Foi a partir do campo de estágio no Ministério Público – MPDFT, através do contato direto com os processos judiciais referentes ao crime de maus tratos contra crianças e adolescentes. Art. 136 do Código Penal.
O Trabalho do Assistente Social na Equipe multidisciplinar do Centro de Atendimento Psicossocial CAPs Ad do Guará.	O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência de estágio realizado no Hospital Regional de Ceilândia, onde foi identificado um alto índice de vítimas de violência e acidentes automobilísticos ocasionados ou agravados pelo uso de álcool.

Fonte: Discentes em face de elaboração de seus Projetos/Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Serviço Social da UNB no período de 2011/2 a 2012/1.

O quadro acima evidencia as recomendações das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, que orientam os alunos de graduação a escreverem o TCC preferencialmente a partir da experiência de estágio (ABESS; ABEPSS, 1996,1999). Contudo, compreendendo o estágio como síntese formativa da relação teoria e prática, entendemos **que os dados levantados demonstram que o aluno acaba articulando-se ao tema geral discutido em seu campo de estágio desconsiderando o Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional.**

Considerando que o Estágio Supervisionado em Serviço Social possibilita uma

primeira aproximação do aluno com o espaço e o exercício profissional, exercendo, dessa forma, um papel fundamental no processo de formação profissional do estagiário, pois lhe proporciona o contato direto com o exercício profissional, com a natureza interventiva do Serviço Social, e, conseqüentemente, permite a apropriação da profissão, é necessário perceber que o estágio não pode ser concebido apenas como um momento episódico na formação profissional.

É necessário compreender que o estágio supervisionado tem um significativo papel no processo de formação profissional, pois representa para o discente em formação uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social.

Desta forma, a vivência do aluno no campo de estágio pode proporcionar uma capacitação reflexiva e analítica acerca do exercício profissional do assistente social, possibilitando desvelar os aspectos imediatos do agir profissional. Ao mesmo tempo, nos perguntamos por que ao se inserirem no estágio supervisionado é a área de atuação que ganha força referencial para o aluno? O aluno não se percebe como assistente social em formação, mas como o executor de ações dentro de um determinado campo? Ao nos indagarmos isso, mais uma vez voltamos ao que é oferecido na formação e ao próprio estágio: como os alunos têm sido estimulados para compreender o serviço social?

Outro dado que aparece em nossa pesquisa é, quando perguntados que elementos da formação lhe ajudaram e/ou influenciaram na escolha do seu tema, 10 alunos responderam que foi a participação em grupo/núcleo de pesquisa. O que demonstra a importância de inserção em grupo/núcleo de pesquisa para a formação profissional, ou como diz um dos discentes entrevistados, *“estar em um grupo de pesquisa influencia o aluno no TCC, pois ele influencia o aluno a estudar mais, querer saber mais, e a importância da pesquisa, e ver que a pesquisa/TCC não é só uma mera questão formal”* (discente em face de elaboração de seu TCC, 2012/1). Nestes termos, mesmo considerando extremamente relevante essa influência, quando levamos em consideração que estes grupos/núcleos são concentrados especialmente na área de política social, tal como demonstramos no item 3.3, isso também explica: por que não serviço social?

Apenas 06 alunos pesquisados relataram a participação em Iniciação Científica, revelando que apesar da Universidade de Brasília ter uma política consolidada de Iniciação Científica, no nosso curso nós não temos uma cultura de Iniciação Científica,

salvo para alguns discentes que estão vinculados a Grupos/Núcleos de Pesquisa, a pesquisa em caráter de Iniciação Científica é desvalorizada pelo alunado²³.

Nossa pesquisa identificou também que contraditoriamente os discentes do curso de Serviço Social da UnB consideram importante ter o Serviço Social como objeto de pesquisa, quando questionados sobre isso temos respostas como estas:

“Porque além de possibilitar a maturação em termos intelectuais da categoria profissional, é um facilitador, no sentido de ampliação, dos processos de discussões referentes a formação e exercício profissional” (Discente em face de elaboração de seu PTCC, 2012/1).

“Porque a relação teoria e prática devem estar em concordância. Analisar a formação e a prática profissional como coisas distintas é no mínimo paradoxo, pois estudar algo diferente do que o profissional encontrará na realidade não tem sentido. A formação deve está orientada para garantir subsídios para que o profissional possa intervir, articular, discutir, etc.” (Discente em face de elaboração de seu PTCC, 2012/1).

“Ainda existem algumas “falhas” na formação profissional, principalmente com relação ao estágio supervisionado. E, sobre o exercício profissional é relevante que existe a necessidade de uma capacitação contínua” (Discente em face de elaboração de seu PTCC, 2012/1).

“Porque a todo tempo se ouve críticas sobre o período de formação e a falta de relação entre teoria e prática. É preciso encontrar, junto aos estudantes e assistentes sociais, a raiz de tais concepções, para a melhoria da formação e do exercício profissional” (Discente em face de elaboração de seu TCC, 2011/2).

“Com certeza. Se não formos nós, assistentes sociais, a tomar a decisão de discutir o exercício profissional, quem será?” (Discente em face de elaboração de seu TCC, 2011/2).

“Como forma de aprimorar e direcionar a atuação profissional” (Discente em face de elaboração de seu TCC, 2012/1).

“A importância de discutir/realizar pesquisas sobre o Serviço Social se faz necessária no desvelamento dos desdobramentos

²³ Cabe ressaltar, que nesses dois anos de PIBIC enquanto pesquisadora tive dificuldade na adesão dos alunos ao preenchimento dos questionários devido a uma desvalorização desse processo.

da questão social em que discute diversas temáticas e suas implicações na sociedade capitalista. Compreender a realidade social em sua totalidade é relevante para a formação e o exercício profissional do Assistente Social” (Discente em face de elaboração de seu TCC, 2012/1).

“Porque é uma forma de gerar conhecimento para outros alunos e sociedade e para o desenvolvimento do próprio aluno que futuramente será um assistente social” (Discente em face de elaboração de seu TCC, 2012/1).

“Discutir a profissão é o primeiro e essencial passo para qualificá-la, sem discuti-la, questioná-la, não é possível conhecê-la para melhorar” (Discente em face de elaboração de seu TCC, 2012/1).

Porém, são poucos que o escolhem quando começam a elaborar seus projetos e trabalhos de conclusão de curso. Outro elemento que coube reflexão foi o fato de que não discutir Serviço Social aparece para os discentes e futuros profissionais como por *falta de afinidade com o tema* e isso é um dado preocupante, porque quando pensamos investigações acerca da profissão seja no sentido da formação profissional, ou seja, no exercício entendemos como qualificação de futuros profissionais para pensar sua atuação profissional. Nestes termos, muito mais do que uma “escolha de objeto” problematizamos que identidade e interesse os discentes que estão em via de entrarem no mercado de trabalho tem com a profissão, e, com seus princípios e diretrizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo verificar porque os discentes de Serviço Social da UnB não discutem o próprio curso. Conforme destacamos na introdução partimos de um levantamento junto aos TCCs apresentados pelos discentes do Curso o que nos mostrou o não interesse pelo tema. Coube-nos então tentar sistematizar todos os elementos formativos e estruturais que pudesse nos dar elementos para responder nossa indagação. Temos clareza, que um Trabalho de Conclusão de Curso apresenta limites e aqui não consideramos dar conta de todas as questões, mas minimamente contribuir com a problematização desta questão tão relevante para a formação e o exercício profissional.

Dessa forma, durante a elaboração deste trabalho identificamos alguns elementos centrais que no nosso entendimento contribuem para entender: por que não Serviço Social?

Entre eles destacamos o projeto pedagógico do curso, no qual encontramos grande centralidade nas disciplinas de Pesquisa e Política Social, com pouca ênfase em disciplinas que discutem o Serviço Social. Como destacamos e tentamos demonstrar não se trata de desconsiderar a importância das disciplinas de Política Social, até porque em sua grande maioria são abordadas a partir de uma perspectiva crítica não desvinculada da dimensão econômica, possibilitando condições de criticidade deste que é no Distrito Federal um dos grandes espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. Por outro lado, um elemento que merece ser problematizado é o fato de que apesar de no Projeto Pedagógico estar posto a pesquisa como uma forma de desenvolver a atitude investigativa dos discentes do Serviço Social, em estudo recente Macêdo e Sousa (2011) verificaram que apesar de alguns discentes relatarem o incentivo à atitude investigativa nas disciplinas de pesquisa a maioria afirmam que o foco dessas disciplinas fica restrita ao caráter metodológico, ou seja, no como fazer projetos de pesquisa.

Também identificamos que os núcleos/grupos de pesquisa e programas de pós-graduação da região tem uma centralidade na Política Social. Fizemos o movimento de considerar o Serviço Social da UnB em sua relação com a Região Centro-Oeste, pois se trata de uma particularidade. Ao mesmo tempo são os núcleos de pesquisa identificados em nossa pesquisa como importantes para desenvolver no aluno interesse na pesquisa e por meio deles a participação discente nos Programas de Iniciação Científica e, na

própria contribuição que a participação discente nos núcleos pode viabilizar no sentido da construção mais elaborada e fundamentada dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Por fim, e o mais paradoxal foi os discentes terem apresentado a inserção nos campos de estágio como o maior responsável pela escolha do tema de seus TCCs, contudo verificamos que neste processo o aluno se interessa pelo tema geral do seu campo de estágio sem fazer relação com o exercício profissional, ou sem desta experiência conseguir articular elementos que tenham a ver com a formação e/ou exercício profissional. Neste sentido, nos perguntamos por que ao se inserirem no estágio supervisionado é a área de atuação que ganha força referencial para o aluno? O aluno não se percebe como assistente social em formação, mas como o executor de ações dentro de um determinado campo? Ao nos indagarmos isso, mais uma vez voltamos ao que é oferecido na formação e ao próprio estágio: como os alunos têm sido estimulados para compreender o serviço social?

Assim, verificamos a necessidade de uma maior discussão do Serviço Social nos Núcleos de Pesquisa e também constatamos a necessidade de mais disciplinas de Serviço Social que possibilitem aos discentes uma reflexão sobre a importância de ter o Serviço Social não apenas como tema de pesquisa, mas como reflexão mesma sobre o próprio exercício profissional. Com isso, é importante ressaltar, que não estamos propondo um retorno a uma perspectiva endógena da profissão, cuja ruptura foi uma grande conquista da nossa categoria. O que queremos é chamar a atenção para o fato de que não adianta termos uma compreensão sobre diversas temáticas se não compreendemos o próprio Serviço Social. Em outras palavras, como podemos considerar um formando de Serviço Social que afirma não ter pela profissão que irá exercer *afinidade com o tema*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. IN: Serviço Social & Sociedade n. 50, ano XVII, abril 1996.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. IN: Cadernos ABESS n. 7. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ABESS - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. IN: Cadernos ABESS nº 8. São Paulo: Cortez, 1998.

ABREU, Marina Maciel. Pesquisa em Serviço Social: tendências na implantação das Diretrizes Curriculares. IN: Temporalis, ano VII, n. 14, jul.-dez. 2007.

BAPTISTA, Myrian Veras. Introdução à reflexão sobre problemas de pesquisa histórica no Serviço Social. IN: Serviço Social e Sociedade. N 39. Ano XIII, agosto 1992.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. IN: Serviço Social e Sociedade. N 45. Ano XV, agosto 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. O Projeto Ético Político Profissional trinta anos depois: sentido e desafios. IN: Congresso da Virada, novembro de 2009.

_____ Trabalho, Direito e Projeto Ético Político Profissional. IN: Revista Inscrita nº 11, maio de 2009.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. IN: Revista Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007.

CBCISS/Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. Teorização do Serviço Social. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. IN: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.101, jan/mar. 2010.

GUERRA, Yolanda. A “Virada” do Serviço Social. IN: Revista Inscrita nº 12, novembro de 2009a.

_____ A dimensão investigativa no exercício profissional. IN: Serviço Social e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____ Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 28 ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 2009.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. IN: Revista Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 73-82 2007.

MACEDO, Alba Tereza de Souza; SOUSA, Adrianycy de. Serviço Social e formação profissional: uma análise do debate teórico presente no Curso de Serviço Social da UNB. Pesquisa de Iniciação Científica. Brasília: DPP, (2011).

MEDEIROS, Francisco Ary F. de. Pesquisa para graduados em Serviço Social: gerar conhecimento ou intervir. IN: Serviço Social e Sociedade. N 33. Ano XI, agosto 1990.

NETTO, José Paulo. As perspectivas teórico-metodológicas contemporâneas no Serviço Social. IN: O trabalho social França Brasil/ Organização do Serviço Social do Comércio; Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. São Paulo: SESC, 2011.

_____ Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 7ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____ Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

_____ Introdução ao método da teoria social. IN: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009c.

_____ Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. IN: Serviço Social e Sociedade. N 50. Ano XVII, abril 1996.

_____ O Serviço Social e a tradição marxista. IN: Serviço Social e Sociedade. N 33. Ano XI, agosto 1990.

NÓBREGA, Mônica Barros da, FONSECA, Cleomar Campos. IN: Ser Social: revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília.

Departamento de Serviço Social, v.12, n.27. Brasília, SER Social UNB, julho a dezembro de 2010.

NOGUEIRA, Vera M. R. Elementos para pensar a pesquisa como princípio formativo em Serviço Social. IN: Temporalis, Brasília/DF, ano 10, n.19, jan/jun. 2010.

RAMOS, Maria Helena Rauta. A pesquisa em Serviço Social: uma discussão propedêutica. IN: Ser Social: revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, v.1, n.9. Brasília, SER Social UNB, 1998.

SANTOS, Josiane Soares. Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2007.

SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: Utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUSA, Daiana Merquides de; SOUSA, Adrianyce de. Formação Profissional: uma análise dos debates dos discentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da UNB. Pesquisa de Iniciação Científica. Brasília: DPP, (2011).

TAVARES, Maria Augusta. A pesquisa em Serviço Social: a propósito do método. IN: Temporalis, Brasília/DF, ano 10, n.19, jan/jun. 2010.

Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB. Departamento de Serviço Social, 2011

Relatório do Seminário de Pós-Graduação realizado pela Regional Centro-Oeste da ABEPSS em 2011.

Bibliografia Consultada em Site

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SILVA, Maria Ozanira da Silva. A Pós-Graduação e a Produção de Conhecimento no Serviço Social. IN: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/158/1/A%20POS-GRADUACAO%20E%20A%20PRODUCAO%20DE%20CONHECIMENTO.pdf>.

Acesso em 28/03/2012.

Anexo

Anexo 01:

Grupos e Núcleos de Pesquisas da Região Centro-Oeste

Nome dos Grupos/Núcleos de Pesquisa	Linhas de pesquisa
Estudos Políticos- Sociais - POLITIZA	- Política Social e Envelhecimento Humano e Populacional - Política Social e Pobreza - Política Social: - Estado e Sociedade
Grupo Ética, Saúde e Desigualdade Social	- Bioética e Cinema - Ética em Pesquisa - Ética, Saúde e Desigualdade Social
Trabalho, Educação e Discriminação - TEDis	- Política Social, Estado e Sociedade – Educação - Trabalho e Relações Sociais
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade Social e Trabalho - GESST	- Política Social, Estado e Sociedade
VIOLES – Grupo de Pesquisa sobre violência, exploração sexual e tráfico de mulheres, crianças e adolescentes	Avaliação de metodologias de intervenção social - Cidadania e desenvolvimento sustentável - Gênero, Homofobia e Diversidade - Movimentos Sociais, Redes e ONGs - Políticas Sociais - Tráfico de Pessoas - Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes
GEAMCES – Grupo de Estudos e Ações Multilaterais de Cooperação em Educação e Saúde	- Política Social: Estado e Sociedade
O Direito achado na rua	A recuperação histórica das demandas esquecidas no ensino e no conhecimento do direito - Educação para os direitos humanos e

	<p>cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mediação sem fronteiras e cultura de paz - Movimentos Sociais – a emergência de novos sujeitos : o sujeito coletivo de direito - O direito achado na rua: trabalhadores pobres, direito, justiça e cidadania
Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social - NUTSS	<p>Capitalismo, Estado e Política Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Teoria Social Marxista, Cultura e Serviço Social - Exercício e Projeto Profissional Contemporâneo - Trabalho, “Questão Social” e Serviço Social
Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> - Controle democrático e sociedade civil - Democracia participativa e sociedade civil - Política Social e democracia
NEADS – Núcleo de Estudos Agrários, Desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentar, Associativismo e Cooperativismo <p>Desenvolvimento econômico e social agrário e urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> - Questão Agrária e Segurança Alimentar
LOCUSS- UNB	<p>A questão socioambiental e os grandes projetos de desenvolvimento no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> - Labpráxis – Laboratório de práxis informacional e estudos sobre o potencial político das NTICS - Política de Assistência Social no DF e Entorno - Questão Agrária, Segurança Alimentar e Nutricional e Movimentos Sociais, Questão Urbana no contexto da reestruturação produtiva - Redes sociais e sistemas de informação em política social

PUC – Goiás

Nome dos Grupos/ Núcleos	Coordenadores/ Líderes	Linhas de Pesquisas	Observações
---------------------------------	-------------------------------	----------------------------	--------------------

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estado, Sociedade e Cidadania (NUPESC)	Walderez Loureiro Miguel Regina Sueli de Sousa	- Teoria Social e Serviço. - Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania	Todas as pesquisas são realizadas a partir desse Núcleo, e, dentro de uma dessas linhas de pesquisa, cada pesquisador (a), tem um projeto de pesquisa sob sua coordenação, além de coordenar as pesquisas de seus mestrandos.
---	---	---	---

UFMT

Nome dos Grupos/ Núcleos	Coordenadores/ Líderes	Linhas de Pesquisas	Observações
Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social	Liliane Capilé Charbel Novais Leana Oliveira Freitas	- Movimentos sociais, Direitos Humanos e Cidadania - Política Social, Estado e Cidadania	
Trabalho e Sociabilidade	Izabel Cristina Dias Liras	- Desenvolvimento regional e impactos socioambientais do agronegócio - Formação profissional do Assistente Social - Trabalho, Questão Social e Serviço Social - Controle Social na administração pública	
Serviço Social e Relações de Trabalho	Arlete Benedita de Oliveira	- Fundamentos do trabalho profissional - Serviço Social e Políticas Sociais de Geração de Trabalho Decente - Serviço Social e Relações do trabalho	
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Organização da Mulher	Marlúcia Solva e Silva		

UFG

Nome dos Grupos/ Núcleos	Coordenadores/ Líderes	Linhas de Pesquisas	Áreas de Conhecimento	Dificuldades
Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Serviço Social	George Francisco Ceolin	- Capacitação continuada de docentes e profissionais do Serviço Social nos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço	- Ciências Sociais Aplicada - Serviço Social - Serviço Social	- Estrutura física para desenvolver atividades de pesquisa (espaço e equipamentos); - Aporte material

		<p>Social</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa das condições e relações de trabalho dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais onde se materializa a intervenção profissional - Organização da categoria profissional na região Rio Vermelho do estado de Goiás 	<p>Aplicado</p>	<p>para desenvolvimento das atividades;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Morosidade nas parcerias e convênios com instituições públicas locais.
--	--	---	-----------------	--

Fonte: Relatório do Seminário de Pós-Graduação realizado pela Regional Centro-Oeste da ABEPSS em 2011.

APÊNDICES

Apêndice 01



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

Título do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso: Por que não Serviço Social? O que pesquisam os discentes do Curso de Serviço Social da UnB nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Adrianyce de Sousa

QUESTIONÁRIO

1- Você está elaborando:

() PTCC

() TCC

2- Qual o tema do seu projeto/ TCC?

3- Como você se interessou por esse tema?

4- Você considera esse tema de pesquisa relevante

() Sim

() Não

Por quê?

5- A sua experiência de estágio supervisionado em Serviço Social foi em qual área/instituição?

5.1- Essa experiência influenciou na escolha do tema do seu projeto ou TCC?

6- Na sua opinião é importante discutir/realizar pesquisas sobre o serviço social seja sobre a formação ou seja sobre o exercício profissional

() Sim

() Não

Por quê?

7- Se a resposta anterior for sim, (e o seu tema escolhido não discuti serviço social) então por que você não escolheu discutir esse tema mesmo considerando relevante?

8- Na sua opinião, que elementos da formação lhe ajudaram e ou influíram na escolha do seu tema?

Disciplina () Quais?

Monitoria () Em qual disciplina?

Iniciação Científica () Sobre o que?

Participação em grupo/núcleo de Pesquisa () qual?

Outros () Quais?

9- Você considera que o tempo dedicado a elaboração do projeto ou TCC lhe possibilitou amadurecimento e aprofundamento de conhecimento sobre o tema?

() Sim

() Não

Por quê?

Data da entrevista: ___/___/ 2012.

Nome do Pesquisador: Daiana Merquides de Sousa

Apêndice 02:



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Discente,

Vimos através deste convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada “Por que não Serviço Social? O que pesquisam os discentes do Curso de Serviço Social da UnB nos seus Trabalhos de Conclusão de Curso”, de autoria de Daiana Merquides de Sousa – Matrícula 09/92267 –, graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Adrianyce de Sousa. Temos como objetivo geral compreender por que a maioria dos discentes do curso de Serviço Social da UNB não escolhe o Serviço Social como tema de pesquisa. Sua participação é de fundamental importância para o colhimento de informações e para a problematização da questão.

Para tanto, ressaltamos que a sua participação no presente estudo não é obrigatória e que a qualquer momento, por qualquer motivo, você poderá interromper o andamento da entrevista. A preservação de sua identidade será rigorosamente mantida em sigilo e a discussão da coleta de dados servirá exclusivamente para fins acadêmicos. Ao final da análise de dados, todas as anotações referentes à entrevista serão destruídas.

Os resultados da pesquisa serão apresentados à professora orientadora e à banca examinadora desta estudante pesquisadora. Poderão ser submetidos à participante, caso seja de sua vontade recebê-los através do envio ao seu email pessoal. Quaisquer dúvidas antes, durante ou após a entrevista serão devidamente esclarecida pela estudante pesquisadora responsável.

Assim, se você aceitar o convite para ser partícipe da pesquisa, por favor, preencha os espaços abaixo:

Declaro ter sido devidamente esclarecida do projeto de pesquisa e estou de acordo em participar voluntariamente do estudo;

Nome/Assinatura: _____ . RG: _____ .

Email: _____ .

Local e data: _____, _____ de _____ de 2012.

O presente projeto de pesquisa foi revisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH) da UnB - E-mail: cep_ih@unb.br

Para maiores informações, entrar em contato com a estudante pesquisadora responsável por esta pesquisa, Daiana Merquides de Sousa.

Contatos:(61) 3404-6312/ 9330-8058 E-mail: daianamerquides@yahoo.com.br